

PEC 215: ruralistas miram  
terras indígenas e vencem  
primeira batalha

Páginas 3 e 4

Em menos de dois meses, povo Pataxó  
Hã-Hã-Hã retoma 48 áreas da Terra  
Indígena Caramuru-Paraguassu

Página 7

Belo Monte: ministra de Direitos Humanos  
rejeita denúncia e trabalhadores param  
mais uma vez as obras

Página 14

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXIV • Nº 343 • Brasília-DF • Março 2012 - R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



## O RETRATO DA SAÚDE INDÍGENA NO ACRE

A capa desta edição mostra uma criança Madja, da aldeia Sobral, às margens do rio Purus, no Acre, em profundo estado de desnutrição. Embora a imagem não represente uma situação generalizada, revela de forma contundente o contexto onde estão inseridas as mortes de 24 crianças indígenas na região do Alto Purus, entre outubro de 2011 e abril deste ano. Mortes sob os mesmos males: vômito, febre e diarreia. Equipe percorreu as 45 aldeias da Terra Indígena do Alto Rio Purus e constatou o total abandono, inoperância e intervenções equivocadas dos gestores públicos como parte significativa da realidade trazida pela criança Madja na foto. Esta é a primeira de uma série especial de reportagens sobre dez dias junto aos índios do Purus..

Páginas 8 e 9



# Fora da pauta do governo Dilma

**C**omparações são sempre unilaterais, pois pressupõem que indivíduos, governos, conjunturas políticas, momentos históricos e relacionamentos sociais devam ser iguais no decorrer da vida. Comparações desidratam problemáticas pela via da despolitização. No entanto, quando tratamos do período recente que abarca Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, é inevitável observarmos que um mesmo projeto de poder detenha posturas diferentes com relação à questão indígena, piorando o que já não estava bom.

Na continuidade do projeto iniciado por Lula, houve um aprofundamento no governo Dilma dos problemas que tangeram a questão indígena. Os índios foram tirados por completo da pauta do Palácio do Planalto pela presidenta. Embora a quantidade de demarcações e homologações de terras indígenas tenha sido baixa na gestão de Lula, como presidente ele estabeleceu alguns canais de interlocução e participou de ao menos três reuniões com o movimento indígena, muito embora apenas depois do primeiro ano de mandato.

A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) se estruturou durante o governo Lula e teve momentos importantes de articulação das lideranças indígenas em torno de suas reivindicações, em que pese sua derrocada com o decreto de reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai) ao arripio da consulta aos povos indígenas. Os dirigentes da Funai, órgão indigenista do Estado, tinham ao menos acesso ao Palácio do Planalto em audiências com o presidente.

Dilma demarca e homologa terras indígenas abaixo da média já baixa de Lula e ainda deteriora os poucos canais de interlocução construídos. A presidenta continua e aprofunda aquilo que foi negativo aos povos indígenas durante a gestão de Lula e enterra o mínimo de positivo que se esperava da mudança política ocorrida em 2003, ou seja, a entrada das questões indígenas e populares na pauta do governo brasileiro, tratadas, na maior parte das vezes, de forma utilitarista e pela metade. Sempre que a pauta governamental trata dos assuntos mais urgentes aos povos oprimidos, o faz reverberando benefícios aos mais ricos.

A presidenta, além de nunca ter recebido os indígenas ou se pronunciado

a essa parcela da população nacional assistida por direitos originários, virou as costas para a CNPI e não a recompôs desde a última sessão, em junho de 2011, quando os indígenas a esvaziaram com a decisão de que só voltariam a se reunir na comissão quando Dilma os recebesse. Nem mesmo a clara sinalização de ruptura com o governo fez Dilma se sensibilizar e restabelecer a interlocução e a pauta indígena. No Congresso Nacional, com ampla maioria governista na Câmara Federal e no Senado, a situação nunca esteve tão difícil para os indígenas. As bancadas ruralista e evangélica, integrantes da base do governo, desatinam projetos e emendas constitucionais que desmantelam direitos, caso da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Por sua vez, o Palácio do Planalto, quando se trata da questão indígena, evita desgastes com os representantes políticos dos latifundiários.

Os dirigentes da Funai não conseguiram nenhuma audiência com a presidenta desde que ela tomou posse, apenas com seus emissários da Secretaria da Presidência da República. Os ruralistas, ao contrário, possuem trânsito livre no Palácio do Planalto. A senadora Kátia Abreu (PSD/TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), saiu de um encontro com a presidenta a chamando carinhosamente de "Dilmão". O desprestígio da Funai é, inclusive, argumento usado pelos parlamentares ruralistas para dizer que o órgão não possui competência e condições para seguir cuidando da

demarcação de terras indígenas. Sequer os parlamentares do partido de Dilma, o PT, que compõem a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas conseguiram audiência com a Dama de Ferro dos trópicos.

Por fim, Dilma Rousseff não assinou até agora o decreto do Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Gestado durante o governo Lula e lançado em maio do ano passado, o PNGATI estabelece, entre outras medidas, que nenhum empreendimento que afete povos indígenas pode ter prosseguimento se a terra indígena não estiver demarcada. Na mesma esteira, o governo estabeleceu grupo de trabalho interministerial para tratar da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sem os principais interessados: os indígenas.

Nas duas situações, Dilma atende apenas à sua obsessão por um modelo de desenvolvimento fundamentalista, num mero desfile de eficiência de programas governamentais que desrespeitam direitos constitucionalmente estabelecidos. De forma emergencial, é preciso que a pauta indígena seja recomposta pelo Palácio do Planalto ou, do contrário, Dilma dará continuidade a projetos de governo diferentes do desenhado pela vitória de Lula em 2002 – mesmo que sejam aqueles que nunca gostaram do diálogo, mas da força bruta e experimentados pela própria presidenta e sua geração. Diálogo, inclusive, os indígenas nunca tiveram: seja com Lula ou Dilma.



## Interditos proibitórios: censura prévia

Para inibir a ação dos movimentos sociais e jornalistas, latifundiários, além de construtoras envolvidas nas obras do PAC, adotaram os interditos proibitórios como medida. A Justiça, solícita, nunca os nega. O mecanismo, espécie de censura prévia, proíbe que organizações ou indivíduos circulem em certas áreas. O Cimi, em março, recebeu cinco interditos no Mato Grosso do Sul envolvendo a comunidade Guarani Kaiowá do tekoha Guaiviry. No Pará, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, incluindo o jornalista Ruy Sposati, recebeu um interdito envolvendo o canteiro de obras da usina Belo Monte. A intenção é impedir que indígenas e trabalhadores recebam apoio e repercussão para denúncias de violações, ficando à mercê de seus algozes.

## A presidenta e o "espírito animal"

A presidenta Dilma Rousseff declarou que pretende atirar o "espírito animal" dos empresários brasileiros. Quando Dilma faz tal afirmação se esquece que esse mesmo "espírito animal" foi o que motivou os empresários a financiar a tortura no regime militar. Espírito esse que promove a concentração de renda, desigualdades e depreda a natureza, além de triturar direitos de populações desfavorecidas em benefícios "dos negócios". A presidenta se esquece que todo espírito animal pressupõe um instinto, e o dos grandes empresários conhecemos bem.

## Venda de terras?! Zum zum zum?!

Se por um lado existem os oportunistas que invertem a pauta com mentiras ao atacar os indígenas Munduruku do Pará, dizendo que os índios estavam vendendo terras para a irlandesa Celestial Green, empresa interessada em capturar carbono no território, existem os que trataram tal tentativa de enganar os Munduruku, com um projeto ilegal capitalista verde de espoliação dos modos e costumes indígenas, como zum zum zum. Posições à parte em relação ao REDD, os indígenas merecem mais respeito e o assunto mais seriedade, muito além de mentiras e onomatopéias.

### MARIOSAN



ISSN 0102-0625

# PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDIGENA

Edição fechada em 13/04/2012

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

**caritas**

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

**Dom Erwin Kräutler**  
Presidente do Cimi

**Emília Altini**  
Vice-Presidente do Cimi

**Cleber César Buzatto**  
Secretário Executivo do Cimi

**Renato Santana**  
EDITOR - RP 57074/SP

**CONSELHO DE REDAÇÃO**

**Antônio C. Queiroz**  
**Benedito Prezia**  
**Egon D. Heck**  
**Nello Ruffaldi**  
**Paulo Guimarães**  
**Paulo Suess**

ADMINISTRAÇÃO:  
Marline Dassoler Buzatto

SELEÇÃO DE FOTOS:  
Aida Cruz

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:  
Licurgo S. Botelho  
(61) 3034-6279

IMPRESSÃO:  
Gráfica Teixeira  
(61) 3336-4040

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:  
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310  
CEP 70.393-902 - Brasília-DF  
Tel: (61) 2106-1650  
Fax: (61) 2106-1651  
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br  
[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)  
Registro nº 4, Port. 48.920,  
Cartório do 2º Ofício  
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:  
[adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

**PREÇOS:**

Ass. anual: R\$ 40,00  
Ass. de apoio: R\$ 60,00  
América latina: US\$ 40,00  
Outros Países: US\$ 60,00



# Aprovação da PEC 215 garante vitória parcial aos ruralistas e acende sinal vermelho para o movimento indígena

Renato Santana

Editor do Porantim, de Brasília (DF)

**A**derrota estava anunciada. Com maioria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal, as bancadas ruralista e evangélica teriam totais condições de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Poder Executivo o ato administrativo de demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional. Restava a mobilização do movimento indígena.

Desse modo, o movimento indígena se mobilizou e em quatro sessões conseguiu postergar a votação, entre dezembro de 2011 e março deste ano, até que ruralistas e evangélicos, num dia de fúria contra o Palácio do Planalto, que por sua vez forçava para não votar a aprovação do novo Código Florestal tão sonhado pelos latifundiários, passaram por cima das denúncias de inconstitucionalidade flagrante da PEC 215 e aprovaram a proposta.

Ruralistas obtiveram vitória parcial, no entanto. Essa foi apenas a primeira batalha de uma guerra longe do fim, pois há um longo caminho até a PEC ser aprovada – que bata na madeira três vezes quem for contra. No horizonte, portanto, as mobilizações indígenas terão de se intensificar, tal como aconteceu na tentativa de barrar a aprovação da proposta na CCJC.

A partir da primeira semana de março até a votação da matéria, num período de três semanas, cerca de 300 indígenas passaram pela Capital Federal. Com agenda própria ou não, as delegações lutaram contra a PEC 215. No Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), 40 lideranças inauguraram o ano de mobilizações se reunindo e cumprindo agendas no Congresso Nacional, na primeira semana de março, para tratar de como organizar os povos indígenas para as lutas que se avizinham. A Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib) esteve presente nas atividades.

Terras quilombolas e áreas de conservação ambiental também são alvo da PEC 215, revelando a sanha do agronegócio pela expansão das fronteiras agrícolas sobre territórios de ocupação tradicional e do meio ambiente – vital para essas comunidades. “Essa PEC é movida por interesses econômicos dos ruralistas, que não são melhores e mais eficientes que a vida e costumes desses



Fotos: Renato Santana/Cimi



povos que possuem direitos sobre a terra. Garantir tais direitos é uma questão de soberania nacional”, opinou o deputado Evandro Milhomen (PCdoB/AP).

## Enfrentamentos

Durante as sessões da CCJC, o movimento indígena esteve presente e protestou com cânticos, rituais e gritos de guerra. No dia da aprovação da proposta, a polícia legislativa entrou em ação e com truculência tentou de todas as formas calar os indígenas, impedindo-os de mostrar a indignação contra a PEC. “Essa proposta afeta a vida dessas pessoas, portanto os indígenas têm todo o direito de protestar”, destacou o deputado Paulo Teixeira (PT/SP).

Várias comunidades indígenas vivem hoje uma realidade de medo frente à ação violenta de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e outros

interessados nas terras de ocupação tradicional, que ainda carecem de regularização fundiária nos marcos da Constituição Federal. Longe da realidade do campo, essa disputa pelas riquezas dos territórios dos povos originários há muito tempo já vem sendo travada no Congresso Nacional.

Simultaneamente tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente, as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 215/2000 e 038/1999. Ambas com o mesmo objetivo: transferir do poder Executivo, para o Congresso Nacional, a decisão sobre a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas. A PEC 215, como vimos, aguarda agora abertura de Comissão Especial pelo presidente da casa, Marco Maia (PT/RS).

“Não podemos aceitar essas propostas, porque temos direitos sobre

as nossas terras. Meu povo, sem elas, está morrendo. Lá matam as lideranças e somem com o corpo. Isso não é coisa de ser humano fazer”, afirmou Eliseu Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, representante da Apib, durante recente debate com senadores ruralistas no Congresso.

“Em verdade, essa PEC deveria ser arquivada. Ela atenta diretamente contra o direito desses povos, que aqui estavam antes da formação do Estado. A proposta é flagrantemente inconstitucional porque invade a competência do executivo”, atacou o deputado Alessandro Molon (PT/RJ)

Mesmo antes do acordo entre os partidos ser oficializado e o deputado federal Ricardo Berzoini (PT/SP) ser eleito presidente da CCJC, os ruralistas o procuraram. “Não posso descumprir um acordo feito no ano passado (pelo então presidente da comissão, o deputado João Paulo Cunha - PT/SP), mas não sem antes conversar com o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo)”, disse aos indígenas na ocasião de sua posse na CCJC.

Era o anúncio de que o Palácio do Planalto não tinha forçado a não entrada da PEC 215 na pauta. A postura pouco consistente, aliás, marcou todo o processo, deixando deputados governistas solitários contra o exército do latifúndio. A contradição é que à exceção dos deputados do PSDB e do DEM, todos os outros parlamentares favoráveis a proposta eram da base do governo. O relator da PEC 215, Osmar Serraglio (PMDB/PR), é vice-líder do governo na Câmara.

“Está se colocando a toque de caixa uma alteração da Constituição que afetará a vida dos indígenas em vista do interesse econômico e imediatista de meia dúzia de ruralistas, que querem a terra desses povos”, enfatizou o deputado Ivan Valente (PSOL/SP).

*Durante três semanas, os indígenas falaram com o novo presidente da CCJC, o deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), participaram das plenárias e no dia da votação da PEC 215 fizeram pressão, com cânticos, rituais e gritos de guerra*

## PEC 215: inconstitucional e antidemocrática

Os movimentos indígena e indigenista defendem a inconstitucionalidade da PEC 215, mesmo com parecer favorável do relator da proposta, o deputado ruralista Osmar Serraglio (PMDB/PR). O principal argumento contra a PEC 215 é a clara violação do disposto no Parágrafo 4º do artigo 60, inciso III da Constituição.

Conforme parecer do assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulo Machado Guimarães: “A demarcação consiste em ato administrativo, por intermédio do qual a administração pública federal explicita os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, baseado em elementos de prova documental, testemunhal e pericial, fixando marcos oficiais, sinalizadores do limite da terra demarcada”.

Dessa forma, a PEC 215 pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a responsabilidade constitucional pelas demarcações. Com as novas atribuições do Legislativo, até mesmo decisões já tomadas pelo Executivo, poderiam ser questionadas, revisadas e alteradas, de acordo com a vontade dos membros do Congresso Nacional.

“Essa PEC é maligna e esperamos que ela não passe pela CCJ, tampouco seja votada. Infelizmente os indígenas e quilombolas são vistos como empecilhos para o desenvolvimento do país e os deputados e senadores fazem muitos projetos para enquadrá-los”, critica o deputado federal Padre Ton (PT/RO), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas.

→ **A Polícia Legislativa agiu com truculência e chegou ao confronto com os indígenas. A cantora Elba Ramalho esteve em uma das sessões para prestar apoio aos indígenas**

## Resistência indígena

“Com essa PEC em pauta o Congresso vai virar uma grande aldeia (...) em 1988 negociamos pelo artigo 231 na Constituição e ele ainda não foi cumprido. Agora nós não vamos negociar”, afirmou Neguinho Truká, de Pernambuco, em reunião com parlamentares. “Essa PEC visa a nossa extinção. É isso que latifundiários, grileiros, madeiros e caçadores querem”, declarou Cláudio Hohotimbira, do povo Krepum Katejê, do Maranhão.

Um dos efeitos mais imediatos da morosidade, ou da não demarcação de terras indígenas, são os conflitos com invasores dos territórios tradicionais. “Entre os resultados destes conflitos estão a criminalização de lideranças, assassinatos e violação de direitos fundamentais, como saúde e educação”, argumenta Maurício Guarani, do Rio Grande do Sul. Ele acredita que as PEC 215 deixará a situação ainda pior.

“Isso preocupa muito nós, lideranças indígenas de base, que vivem nas aldeias. Principalmente com medidas de mudanças de direitos que garantem a terra, o atendimento diferenciado na saúde, educação e atividades produtivas”, diz. Takywry Kayapó, do Pará, complementa: “Não somos contra o país melhorar,



crescer. O que fazemos é questionar esse desenvolvimento, esse tipo de crescimento”.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendou, em recente relatório sobre a implementação da Convenção 169 no Brasil, a demarcação das terras Kaiowá, a proteção dos indígenas e a investigação de assassinatos de lideranças. “Com a PEC, eles vão dizer que não podem demarcar tudo ou que não é

para demarcar nada. Podemos recorrer ao Supremo (Tribunal Federal – STF), mas isso se arrastará por anos e anos”, argumenta Sandro Potiguara, da Paraíba.

A análise é a mesma entre povos indígenas do Brasil, como os Kanela do Maranhão. O líder Armando Kanela se indignou ao dizer que as terras de seu povo aguardam há 11 anos pela demarcação, depois de Grupo de Trabalho (GT) da Funai ter realizado trabalho. “Por

quê? Agora nosso território está sendo invadido por caçadores e madeiros. Não interessa essa PEC. Vamos brigar contra”, enfatizou.

“Esse é um crime para nós. Sofremos e vamos sofrer mais com essa PEC. Volto para Roraima para mobilizar o meu povo”, disse a liderança Jeci Makuxi, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de Roraima. Que os indígenas de todo o país sigam o exemplo. ■



## REDD

# Cacique Munduruku revela farsa sobre venda de carbono

Jornal IHU On-Line  
de Porto Alegre (RS)

**P**ara compreender a polêmica “venda de direitos sobre créditos de carbono” da propriedade dos indígenas Munduruku à empresa irlandesa Celestial Green Ventures, jornalista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) conversou com o cacique Osmarino Manhoari

Munduruku, que há dez anos vive em uma das 120 aldeias localizadas no município de Jacareacanga (PA). Ele conta que, em reunião realizada em agosto de 2011, na Câmara Municipal da cidade, indígenas, vereadores e representantes da Funai ouviram as propostas da empresa estrangeira, mas que as lideranças não assinaram contratos. Segundo ele, por não concordarem com as propostas, as

“índias guerreiras quase bateram nos representantes da empresa”.

Osmarino esclarece que, após a reunião, 12 pessoas, entre elas indígenas e vereadores, reuniram-se com representantes da empresa em um hotel, onde assinaram um contrato que concede direitos de uso absoluto das terras indígenas à empresa durante 30 anos. “Em minha opinião, esse projeto é ruim porque durante os próximos 30 anos nós

não poderemos caçar, plantar, pescar, retirar frutas do mato, ou cortar madeiras quando preciso”, afirmou Osmarino em entrevista concedida por telefone à IHU.

As terras indígenas dos Munduruku foram demarcadas em 2004 e, desde então, cerca de 13 mil índios vivem em 120 aldeias no município de Jacareacanga. De acordo com Osmarino, os indígenas não concordam com o contrato assinado e irão cancelar o documento.

### CONFIRA OS PRINCIPAIS TRECHOS ENTREVISTA.

*IHU On-Line* – Várias notícias informam que os índios Munduruku venderam a uma empresa estrangeira os direitos de uso de suas terras em Jacareacanga-PA. Você pode nos explicar o que aconteceu?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – No dia 15 de agosto de 2011 aconteceu uma reunião na Câmara Municipal de Jacareacanga, no estado do Pará. A maioria dos indígenas Munduruku foi contra a proposta da empresa, e as índias guerreiras quase bateram nos representantes da empresa. Porém, depois da reunião, 12 pessoas se reuniram com representantes da Celestial Green Ventures em um hotel e assinaram um contrato. Nós não sabíamos disso; ficamos sabendo dessas assinaturas através da internet. Depois que soubemos que os direitos de uso das terras indígenas tinham sido vendidos para a empresa estrangeira, ficamos preocupados.

*IHU On-Line* – Quem são essas 12 pessoas? Algum cacique ou liderança indígena assinou o contrato?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – Não. Os caciques eram contra a proposta da empresa, mas alguns in-

dígenas e outros vereadores do município assinaram o contrato.

*IHU On-Line* – Você disse que a reunião aconteceu na câmara municipal? O prefeito, os vereadores e a Funai sabiam dessa reunião?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – O pessoal da Funai esteve na reunião, mas eles não sabiam que esses indígenas haviam assinado o contrato.

*IHU On-Line* – Por que seus colegas indígenas assinaram o contrato?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – Porque essas 12 pessoas estão mais interessadas no dinheiro do que na terra.

*IHU On-Line* – Alguém recebeu os 120 milhões de dólares propostos pela empresa?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – Até agora não sabemos se o dinheiro foi depositado na conta da Associação Indígena Pusuru. Se o dinheiro for depositado, nós queremos devolvê-lo para a empresa e acabar com esse problema.

*IHU On-Line* – Você sabe se outras comunidades também assinaram contratos com empresas estrangeiras e se elas receberam dinheiro?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – Os representantes da empresa disseram que duas etnias assinaram contratos, o que desconheço. As 12 pessoas que assinaram o documento não conversaram com os indígenas dessas etnias para saber como essa empresa trabalha.

*IHU On-Line* – Os indígenas Munduruku se reuniram em assembleia recentemente. O que vocês decidiram em relação ao contrato?

*Osmarino Manhoari Munduruku* – Discutimos esse projeto de carbono e falamos sobre as barragens. Nós decidimos cancelar esse contrato. Queremos juntar todos os indígenas e as entidades que nos apoiam como algumas ONGs, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e o Ministério Público para cancelar o contrato. Uma comissão de índios Munduruku irá para Brasília entregar um relatório que elaboramos para a Presidência da República. ■



# Em um mês e 20 dias, povo Pataxó Hã-Hã-Hãe retoma 48 áreas de ocupação tradicional na Bahia

Renato Santana  
de Brasília (DF)

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe ocupavam 18 dos 54 mil hectares da Terra Indígena Caramuru-Paraguassu, localizada entre os municípios de Itajú do Colônia, Camacã e Pau Brasil, na Bahia, até o final de 2011. Até então, os indígenas aguardavam os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votar pela nulidade dos títulos dos ocupantes do território.

O restante da área, demarcada na década de 1930 do século passado, estava nas mãos de fazendeiros que, a partir de 1960, obtiveram títulos de propriedade emitidos de forma irregular pelo governo baiano – os mesmos que hoje são objeto da Ação Cível Originária (ACO) do STF.

A partir do dia 1º de janeiro até 23 de fevereiro deste ano tudo mudou: os Pataxó Hã-Hã-Hãe retomaram 48 propriedades incidentes na terra indígena. Dos 18 mil hectares, os indígenas passaram a ocupar 42 mil, ainda restando 12 mil – compreendendo a região de rio Pardo.

Mesmo com nenhum fazendeiro agredido ou morto, informações repassadas pela imprensa local davam conta de confrontos, violências praticadas pelos indígenas e retiradas forçadas dos ditos donos das terras.

Com o objetivo de esclarecer a razão das retomadas e mais uma vez pedir para que a ministra Carmem Lúcia encaminhe a votação no STF, cinco caciques Pataxó Hã-Hã-Hãe estiveram reunidos com a ministra, em Brasília, na segunda quinzena de março.

“Não fizemos essas retomadas com o objetivo de pressionar o STF, mas depois que constatamos que muitas dessas fazendas em nossas áreas estavam abandonadas e outras tendo a natureza completamente destruída, optamos por retomar o que é nosso”, declarou o cacique Nailton Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe.

## Manutenção de posse

Outra justificativa apresentada por Nailton para as retomadas é que em muitas fazendas os indígenas já tinham a manutenção de posse, ainda sem cumprimento por parte da Polícia Federal (PF). “A fazenda Alegria, por exemplo, no município de Itajú do Colônia. Os índios estavam na posse, mas em 25 de outubro do ano passado os pistoleiros expulsaram as famílias na bala”, declara Nailton.

Em outros casos, como na fazenda Serrana de Ouro, também em Itajú, os Pataxó Hã-Hã-Hãe tinham a manutenção de posse, mas o fazendeiro ainda continuava no local. Conforme os indígenas, os médios e pequenos proprietários já saíram da terra demarcada. Restam

apenas os grandes proprietários, cerca de meia dúzia.

No entanto, o abandono das propriedades era flagrante. Reginaldo Ramos Pataxó Hã-Hã-Hãe lembra que quando os índios chegavam para retomar não encontravam ninguém, no máximo um funcionário, o que facilitou o processo de retomadas.

“Estava tudo destruído: casas abandonadas, a capoeira tomando os pastos”, conta Reginaldo. Nailton completa: “Vimos bodes, carneiros e morcegos, mas nenhum morador. Os que estavam no local puderam retirar seus pertences; quem tinha gado também pôde levar, fosse grande ou pequeno proprietário”.

## Isolados na própria terra

Para se ter acesso a áreas com manutenção de posse emitida aos indígenas, era preciso passar por dentro de outras fazendas. A questão é que os pistoleiros não deixavam. “A fazenda Primavera estava assim. Falávamos com a Polícia Federal (PF) e nada era feito. Então nós decidimos retomar essas outras fazendas para nossa segurança e acesso”, explica Gerson Melo Pataxó Hã-Hã-Hãe.

As lideranças ressaltam que a situação deixava aldeias isoladas dentro da própria terra indígena. Foi num contexto como esse que o indígena José Muniz acabou morrendo, depois de sentir fortes dores no peito durante cerca de 12 horas. Os pistoleiros repeliram à bala o transporte enviado pelo irmão do indígena, cacique Nailton, para socorrê-lo.

“Depois disso foram mais três retomadas, mas aí eu me pergunto: morrem índios, mas morrem fazendeiros? Não, só o meu povo é que morre. Isso não é conflito, mas massacre! De que violências dos índios estão falando por aí, então?”, indigna-se cacique Nailton. Mais de 30 lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe foram



Foto: Reginaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe

assassinadas na luta pela terra desde os anos 1980.

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe afirmam que depois de iniciadas as retomadas, mais de 200 pistoleiros passaram a frequentar a região. A violência comum a qualquer cidade grande passou a ameaçar os poucos mais de sete mil moradores de Itajú do Colônia. “Mataram um empregado de uma fazenda e disseram que foram os índios, mas depois os próprios fazendeiros denunciaram o pistoleiro, preso em Itajú do Colônia”, diz cacique Reginaldo.

Os indígenas são acusados de levar pobreza para as cidades que abrigam a Terra Indígena Caramuru-Paraguassu por acabar com os latifúndios de ocupação irregular e suas ‘fartas’ produções. Para as lideranças é ao contrário: enquanto hoje um fazendeiro emprega uns poucos funcionários, com os indígenas as áreas receberão de 10 a 20 famílias, que consomem nos municípios e produzem agricultura para suas populações.

O que aponta para outra razão da onda de retomadas: o Programa de

Aquisição Alimentar (PAA), gerido pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe, estava prejudicado. As cidades de Camacã, Itajú do Colônia e Pau Brasil são abastecidas pelas plantações indígenas. “Muitas famílias que dependem do PAA não podiam entregar os alimentos nas cidades. Os pistoleiros impediam. Pobreza, então, é com esses fazendeiros aqui que não deixam nada nas cidades”, ataca cacique Reginaldo.

## Laboratório de sêmen

Os grandes latifundiários que ocupam - ou ocupavam - parte da área da Caramuru-Paraguassu são essencialmente criadores de gado – numa média de 1500 e 3 mil cabeças por pecuarista. Outros plantam cacau e um deles mantém laboratório de sêmen para inseminações artificiais. São mais de 200 éguas reproduzindo cavalos de raça na terra indígena.

“Esses animais são muito predadores, porque comem o dia inteiro. Então com isso a mata foi destruída em muitas regiões para dar lugar aos pastos”, diagnosticou cacique Reginaldo. Para irrigar esses pastos, que também servem ao gado em outras propriedades, os latifundiários represaram os rios, acabando com a fonte de água.

A cacique Ilza Rodrigues Pataxó Hã-Hã-Hãe afirma que as cabeceiras dos rios estão desmatadas, com isso acabaram secando. “Alguns ainda possuem águas, mas o gado morre e jogam no rio. Aquela carniça não permite que utilizemos a água para beber, tomar banho e cozinhar. Como está na área deles (latifundiários) não podemos ir tirar o bicho morto”, explica a cacique.

“A questão é que o réu nesse processo todo é o governo da Bahia. Se ele admitisse o erro de gestões passadas e indenizasse os proprietários que têm títulos estava tudo acertado”, defende cacique Nailton. ■

Exemplo de instalação abandonada encontrada pelos indígenas nas retomadas de área da Terra Indígena Caramuru-Paraguassu



Foto: Imprensa Cimi

Em Brasília, lideranças Pataxó-Hã-Hãe se encontram com a nova ministra do STF, Rosa Maria Weber Candiota



# Brincou com fogo, acabou

Victor Farinelli\*  
de Viña Del Mar, Chile

**E**ra noite de segunda-feira, 23 de janeiro, quando comecei a colocar as primeiras ideias desse artigo no papel virtual do computador. Naquele mesmo momento, a aldeia Mapuche José Guiñón sofria sua terceira invasão policial este ano, a primeira noturna. Em todas elas, os resultados foram os mesmos, ataques com balas e bombas de gás lacrimogêneo, agressões a moradores, incluindo mulheres e crianças, detenções arbitrárias e pânico generalizado.

O conflito Mapuche não se explica numa simples página de jornal, devido ao contexto histórico complexo. Poderia tentar resumir dizendo que os Mapuche araucanos foram o único povo indígena reconhecido como nação pela Coroa Espanhola durante o período colonial, e o mesmo reconhecimento nunca foi ratificado pelos presidentes da República Chilena independente – incluindo os mais progressistas, como Aguirre Cerda e Salvador Allende. Quiçá essa introdução ajude a compreender os fatores que levaram a violência de volta à Araucania, terra sagrada dos Mapuche transandinos.

## Histórico Incendiário

Cheguei ao Chile no verão de 2006, quando o país vivia um fato inédito (a eleição de sua primeira mulher presidenta, Michelle Bachelet) e outro corriqueiro, e que iria se repetir nos verões posteriores: uma onda incêndios em regiões florestais, sobretudo na zona Centro-Sul. O fenômeno é comum no país devido à pouquíssima quantidade de chuvas durante a estação, o que torna o ambiente mais seco e propício a transformar uma fogueirinha irresponsável numa grande queimada incontrolável.

A temporada de incêndios de 2012 começou na semana anterior ao réveillon, com um incêndio no Parque Nacional Torres del Paine, o maior e mais conhecido da Patagônia Chilena. O incidente, que teria sido provocado por um turista israelense, que colocou fogo em um papel higiênico, se tornou um novo foco de críticas ao governo de Sebastián Piñera, devido à demora da reação das equipes de proteção florestal, o que resultou em mais de 20 mil hectares consumidos pelas chamas. No último dia do ano velho, enquanto o país acompanhava o incêndio nas Torres del Paine, um grupo (até agora não identificado) invadiu a propriedade da empresa madeireira Masisa, na região da Araucania, e destruiu um helicóptero que, entre outras tarefas, costumava ajudar nos trabalhos de combate a



**O** presidente chileno, Sebastián Piñera, acusa os indígenas Mapuche de terrorismo sendo eles responsáveis pelos incêndios no Chile. Tática de criminalização que visa as terras de ocupação tradicional.

incêndios na zona. No local foram encontrados folhetos relacionados com a Comunidade Mapuche Arauco Malleco, embora a mesma jamais tenha assumido publicamente a autoria do atentado.

No primeiro dia do ano novo, outro incêndio, na cidade de Quillón, na zona Centro-Sul do país, se alastrou por quase 40 mil hectares, matou duas pessoas e destruiu algumas casas em setores residenciais suburbanos. O governo colecionava outro motivo de críticas, pela falta de estrutura para combater diferentes incidentes, até que na primeira quinta-feira do ano, dia 5, uma terceira queimada, que destruiu na cidade araucana de Carahue, atingiu o pátio de outra madeireira da zona, a Mininco. O fogo não destruiu tantos hectares quanto os dois anteriores, mas terminou com a vida de sete bombeiros que foram cercados pelo anel de chamas que se formou ao redor da empresa.

Cabe destacar que na noite anterior, grupos ligados à luta pela

autonomia Mapuche, com o apoio de diferentes movimentos sociais, fizeram uma marcha em frente ao Palácio La Moneda para homenagear o estudante Matías Catrileo, considerado herói pelo povo Mapuche, no quarto aniversário de sua morte, consumada por uma rajada de balas da metralhadora do suboficial Walter Ramírez, dos Carabineros (polícia militarizada chilena), que atingiram o jovem pelas costas – a sentença dada a Ramírez pelo assassinato de Catrileo foi de três anos de liberdade vigiada, e foi decretada pela Corte Suprema de Justiça do Chile, semanas antes da marcha. A manifestação, como nas marchas estudantis, terminou em confronto com a polícia, e uma moto policial foi queimada.

## O ministro que acendeu a fogueira

Diante desse panorama, aparece o presidente Sebastián Piñera, enfrentan-

do um cenário pouco diferente do que outros mandatários haviam enfrentado em temporadas anteriores, com um comentário assaz inoportuno (sobretudo para um presidente com popularidade inferior a ¼ da cidadania): disse que alguns dos incêndios noticiados por aqueles dias eram propositais, e obra de terroristas, sem se referir a ninguém especificamente, mas garantindo que o governo possuía provas para confirmar o que ele dizia, e que as mostraria quando fosse requisitado.

Simultaneamente, Rodrigo Hinzpeter, o Ministro do Interior (principal cargo do Executivo chileno depois da Presidência), ecoava as declarações do presidente, porém dando nome. Em visita a Carahue, Hinzpeter acusou a Comunidade Arauco Malleco (CAM) de provocar o incêndio daquela zona de forma intencional, e que se estaria investigando sua participação também no incidente de Quillón. Justo os Mapuche, cuja cultura repudia como crime

# queimado

hediondo qualquer ação do homem contra a terra.

Minutos depois, o ministro assumiu que suas conclusões se baseavam no atentado ao helicóptero supostamente assumido pela CAM (acusação baseada apenas nos folhetos, pois os líderes da CAM jamais assumiram oficialmente a autoria da ação) e dos distúrbios da marcha Mapuche no dia anterior à morte dos bombeiros em Carahue. Hinzpeter alegou que “o povo elegeu este governo para que ele atue contra os responsáveis e faça conjecturas necessárias para não deixar a impunidade prevalecer”.

Junto com as denúncias contra os Mapuche, Hinzpeter acionou a Lei Anti Terrorista, uma aberração jurídica criada durante a ditadura de Pinochet para legitimar a repressão, mas que ainda se mantém vigente – como ainda é vigente no país a toda a constituição imposta pela ditadura. Entre outras coisas, a Lei Antiterrorista permite detenções arbitrárias, supressão da presunção de

inocência e o uso de provas exclusivas da acusação, o que significa que a defesa não pode ter acesso a parte do processo, e o réu pode ser condenado sem saber do que está sendo acusado e sem ter como se defender. Também impede que, na remota hipótese da sentença inocentar o réu, este processe o Estado por danos morais.

Mas desta vez os Mapuche resolveram mudar essa lógica, processando o Estado antes da sentença, e digo “desta vez” porque o fato em si não é nenhuma novidade – todos os presidentes que precederam Pinochet acionaram a Lei Anti Terrorista contra os Mapuche, que o diga Hector Llaitul, principal líder da CAM, preso desde 2008 por um episódio onde o governo da ex-presidenta socialista Michelle Bachelet utilizou a lei maldita contra a sua comunidade. Dias depois o advogado Mapuche Lautaro Loncón acusou Hinzpeter de discriminação contra seu povo e alegou que as conjecturas do ministro visavam caracterizar como terrorismo a luta das comunidades indígenas por autonomia. “Aos olhos da opinião pública, ele está dizendo que todos os Mapuche são terroristas, e isso configura racismo”, disse.

A manobra obteve um êxito parcial. A Corte de Apelações obrigou o governo a apresentar as provas que mantinha ocultas, o que facilitou o trabalho da defesa. Diante do material entregue, o tribunal absolveu Hinzpeter da acusação de discriminação, mas concluiu que, embora não se tenha caracterizado racismo, as provas são insuficientes para sustentar a tese de vinculação da CAM com os incêndios.

**A** manobra obteve um êxito parcial. A Corte de Apelações obrigou o governo a apresentar as provas que mantinha ocultas, o que facilitou o trabalho da defesa. O tribunal concluiu que, embora não se tenha caracterizado racismo, as provas são insuficientes para sustentar a tese de vinculação dos indígenas com os incêndios.

## Apagando o fogo com gasolina

É muito difícil perder uma causa utilizando a Lei Anti Terrorista (é fácil entender a razão, basta rever as regras descritas acima), mas Rodrigo Hinzpeter, advogado de formação, conseguiu, neste episódio, repetir a proeza pela terceira vez. Antes havia sido derrotado por um grupo de militantes anarquistas acusados de planejar atentados a bomba que nunca aconteceram. Depois por um turista paquistanês detido por levar um chip de computador escondido no sapato, ambos os casos ocorridos 2009 – embora o caso dos anarquistas tenha terminado somente em 2010.

O preço desses três fracassos cobrou ainda mais da popularidade já deteriorada do ministro, que por ser considerado o principal homem de confiança de Piñera, termina contagiando também o presidente com seus desatinos. O presidente chileno confia tanto em Hinzpeter que não o fritou nem quando a polícia (que está sob a responsabilidade do Ministério do Interior) matou um estudante menor de idade, atingido no peito por uma bala de metal em uma manifestação ocorrida em agosto do ano passado.

Curiosamente, sempre que se viu acuado, o ministro reagiu endurecendo a postura, o que termina consolidando sua rejeição com a maioria da população, embora o faça recuperar prestígio com os setores mais conservadores e belicistas da sociedade chilena. Pode-se dizer que Hinzpeter foi quem empurrou Piñera (político que sempre tentou se desvincular da direita dura, apesar de seu irmão ter sido ministro do Trabalho da ditadura) para os braços do pinochetismo ortodoxo, responsável pelos 23% de respaldo cidadão que o presidente tem hoje, segundo os principais institutos de pesquisa.

No caso do atual conflito com os Mapuche, a resposta se deu através três invasões policiais contra a aldeia José Guiñón, citadas no começo deste artigo, onde houve detenções arbitrárias, inclusive de uma mulher grávida e outra que carregava um bebê de me-

nos de um ano. Os indígenas também relataram a apreensão de objetos que eles temem ser usados em montagens para reativar a denúncia através da Lei Anti Terrorista. A tese seria a de que o governo não aceitaria essa nova derrota tão facilmente, devido ao custo eleitoral que poderia ter (no ano que vem, haverá nova corrida presidencial) e trataria de reativar o processo, ainda que para isso precisasse passar por cima dos direitos humanos do povo Mapuche – não seria a primeira vez, pois como vimos, também fez parte do modus operandi dos governos chilenos de centro-esquerda.

Considerou-se estranho também o fato de a terceira invasão ter ocorrido horas depois da partida de uma delegação de líderes do movimento estudantil, que foram demonstrar sua solidariedade com a comunidade, e se temeu pela tentativa de ampliar as acusações de vínculos terroristas também aos estudantes.

Após a morte do estudante menor baleado pela polícia, a reação de Hinzpeter tinha sido a de lançar o projeto da Lei de Fortalecimento da Força Pública, que se promulgada em fevereiro, poderá criminalizar qualquer tipo de manifestação popular, punindo com prisão os que as convoquem. Uma lei que poderá afetar os Mapuche, estudantes, sindicalistas e movimentos sociais.

No caso do conflito Mapuche, a previsão para os próximos meses é de mais lenha na fogueira. A incapacidade do atual governo em aceitar seus erros, ou mesmo a de consertar os rumos silenciosamente, é uma das suas características mais evidentes. Tampouco se pode ignorar os interesses dos grandes latifundiários da Araucania, velhos aliados políticos da direita chilena e que também conseguiram impor seu lobby durante os governos progressistas – como os latifundiários brasileiros também tem imposto seus interesses contra o dos indígenas da Amazônia, durante o período Lula/Dilma ainda vigente.

O clima deverá ser quente este ano na Araucania, mesmo durante o inverno tradicionalmente rigoroso na região. ■

*\*Jornalista e correspondente internacional.*



## Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:



EM DEFESA DA CAUSA INDIGENA

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:  
[adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF

– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

### PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

\*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

\* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.



## Surto de diarreia faz 24 vítimas e escancara situação da saúde indígena no Acre

Renato Santana  
de Santa Rosa do Purus (AC)

O dia era de ajie na aldeia Madja. A festa com canto e dança não obedece a calendário ou hora. Pela manhã as mulheres se levantam e com varinhas cutucam os homens para irem caçar. Elas ficam na casa e lá reúnem o que há de macaxeira, arroz e milho. O dossehe, tal como os Madja chamam a busca por comida, é parte integrante da festa; a caça trazida pelos homens e a comida organizada pelas mulheres são espalhadas em panelas no centro do terreiro, sob uma lona amarela. Alimento pouco para tantos e logo não sobra mais nada. No geral, mulheres e crianças se alimentam antes, pois elas cozinham e os pequenos ficam ao redor. Às margens do rio Purus, Acre, essa festa ocorre entre os Madja quando há escassez de comida e dividir é herança doutras estações, no período em que os indígenas viviam em grandes malocas, no interior da floresta, e não na beira do rio em casas separadas. Porém, apenas o dossehe foi possível de ser realizado. A ajie não. Os tempos são de dificuldades e mortes na Terra Indígena do Alto Rio Purus.

Chamada por Euclides da Cunha de “um paraíso perdido” (1), quando o escritor lá esteve em expedição durante o ano de 1905, a região do Alto Purus segue exuberante, longe do desenvolvimento propagado por quase um século de exploração da seringa, ameaçada pelas novas promessas depredatórias de crescimento social, caso do agronegócio, madeireiras e empresas estrangeiras interessadas na captação de carbono, e com suas populações tradicionais, entre elas os povos Madja e Huni Kuĩ, comunidades com a memória viva das expulsões do território e massacres sofridos com a chegada da seringa e agora lançadas à sorte determinada por projetos faraônicos estatais que viram entulho nas aldeias, falta de assistência médica e um quadro de saúde alarmante.

Durante 20 dias, equipe composta por integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um assessor da Federação Huni Kuĩ e dois barqueiros percorreu as aldeias da Terra Indígena do Alto Purus. O objetivo era investigar junto aos índios os motivos que levaram a morte de crianças indígenas, sob os mesmos sintomas: diarreia, vômito e febre. Ao fim da jornada, iniciada no dia 11

de fevereiro e encerrada no dia 2 de março, os cadernos de anotações davam conta de 22 nomes de meninos e meninas, abaixo dos cinco anos, que foram a óbito. Em março, a notícia de mais um mortes, e no início de abril mais uma – sinal claro de que as mortes não cessaram. Outras crianças apresentavam quadros variados de anemia, sendo alguns casos (capa desta edição) idênticos ao visto em países de fome absoluta.

Ainda uma mulher indígena grávida, que morreu por falta de pré-natal, um suicídio impulsionado pelo consumo de álcool, sendo que o indígena se atirou de um barranco para dentro das águas caudalosas e turbulentas do Purus, além da falta de saneamento e a inoperância dos órgãos públicos em controlar a situação – apesar da operação anunciada no fim de janeiro, em Rio Branco, pelo coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Antônio Alves. O relatório com as denúncias e as imagens captadas pela equipe foram encaminhados ao Ministério Público Federal do Acre pela Federação Huni Kuĩ e Cimi.

O Porantim percorreu o rio Purus nos últimos dez dias de viagem da equipe e inicia nesta edição uma série de reportagens com o material levantado durante o trajeto, entre as cidades de Santa Rosa do Purus, fronteira com o Peru, e Sena Madureira, divisa com o Amazonas, percurso do rio que nasce no vizinho sul americano e deságua no estado amazonense. As águas do Purus cortam de forma vertical o Acre, num trajeto com cerca de 500 km. Na Terra Indígena do Alto Rio Purus, homologada em 2005 depois de demarcada quase duas décadas antes pelos indígenas, 45 aldeias estão organizadas de forma social e política num espaço humano, cultural e natural de 465 mil hectares. Nesse pedaço de terra da Amazônia brasileira vive o menino Madja com desnutrição aguda, retratado na capa desta edição do Porantim, e ‘acusado’ de ter fugido para o mato quando os profissionais do Samu foram buscá-lo para tratamento e não o encontraram. Sem nenhuma proximidade com a questão indígena, a equipe chegou de forma brusca e ao lado de dois Huni Kuĩ, povo que mantém questões históricas com os Madja. O medo da mãe foi tamanho de ver o filho sequestrado, que o levou para se esconder na floresta. A criança, portanto, seguiu doente na aldeia. O ajie teve de ficar para outro dia.

Foto: Renato Santana



### A operação

A aldeia Família é uma das maiores às margens do Purus. De tão próspera, dela nasce a Nova Aliança – expansão social e política do núcleo habitacional de origem. Nelas vivem indígenas do povo Huni Kuĩ. Ligadas por laços familiares, as comunidades choram quatro crianças mortas na aldeia Família durante surto de diarreia, febre e vômito. Morreram uma seguida da outra, em oito dias, na última quinzena de dezembro do ano passado. No dia de Natal, Hilário Augusto Huni Kuĩ enterrou a pequena Juçara, de 1 ano.

“Levei minha filha para Santa Rosa do Purus, mas ela continuava ruim. Tinha câibras e só fazia vomitar e ter diarreia. Encaminhamos então nossa menina para Rio Branco. Juçara ficou três dias na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e depois morreu. Foram quatro paradas cardíacas. Ela não resistiu”, conta Hilário, vice-prefeito de Santa Rosa. O surto no rio Purus não distingue possíveis privilégios. Porém, o indígena conseguiu transporte em embarcação rápida, a chamada *voadeira*, para os municípios de Santa Rosa, Manoel Urbano ou até mesmo para a capital do estado, Rio Branco.

Das 24 crianças mortas, 15 feneceram na aldeia sem nenhum atendimento médico ou acesso a medicamentos. Em poucas aldeias Madja e Huni Kuĩ foram encontrados envelopes de soro caseiro, mas nenhuma orientação de como prepará-lo com sal e açúcar. A vida mudou de prisma para Hilário depois da morte da filha. Enquanto antes passava mais tempo em Santa Rosa do Purus, agora fica na aldeia ao lado da companheira “tentando esquecer, mas é impossível”. O indígena aponta que depois que a Sesai substituiu a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), as duas equipes de saúde que percorriam o Purus no início e fim do mês deixaram de atuar. Não há mais remédios e o Polo Básico de Saúde, em Santa Rosa, está inoperante.

“Depois que minha filha morreu, uma equipe de Brasília (Ministério da Saúde) chegou a Santa Rosa, mas não fizeram nada de relevante, além de papeladas. Não distribuíram remédios, não foram às aldeias. Nada.”, diz. Apenas um mês após a morte de Juçara, além de outras crianças durante o período, ocorreu a reunião entre o secretário da Sesai Antônio Alves e a secretária de Saúde do Acre, Suely Melo, em Rio Branco. Na ocasião ambos anunciaram uma operação que contava com helicóptero, hospital de campanha no meio da Terra Indígena do Alto Rio Purus, embarcações e equipes de atendimento. Mais um mês para frente, apenas uma equipe do Samu (dois médicos, dois enfermeiros e dois técnicos), vinda do Piauí, com o apoio do Exército, estava em Santa Rosa. Porém, sem cumprir agenda de visitas às aldeias, pois a voadeira do Polo não estava funcionando – as desculpas posteriores foram: falta de remédios e autorização para sair em operação. A morte, por sua vez, seguia o curso normal de dor para as famílias indígenas.

“Surpreendeu-nos chegar a Santa Rosa, percorrendo as aldeias, vindos de Manoel Urbano, mostrarmos 18 mortes (contabilizadas até aquele momento) e o pessoal da Secretaria de Saúde do município dizer que tinham apenas oito. Não queriam nem saber de que aldeias eram ou como as mortes se deram. Não assustou ninguém. Quando chegamos a Santa Rosa, estava tudo alagado (por conta da cheia do Purus) e a desculpa foi essa para o polo estar fechado, sem o rádio funcionando e medicamentos disponíveis”, afirma o missionário do Cimi, Rodrigo José Domingues. A equipe do Samu estava parada em Santa Rosa; primeiro por falta de medicamentos, depois se esperava por uma autorização e, por fim, não tinham pedidos de socorro registrados.

Para o professor Edmilson Sampaio Esteves Huni Kuĩ, da aldeia Nova Família, seu filho de sete meses só morreu, porque não tinham medicamentos e tampouco assistência. “Não tínhamos como acessar o tra-

A Funasa, hoje Sesai, construiu banheiros em todas as aldeias do rio Purus. Em média, cada um custou cerca de R\$ 60 mil e nunca foram usados pelos indígenas. A razão é simples: sem entender os modos de vida dos indígenas, que nunca usaram vaso sanitário, o órgão do Ministério da Saúde impôs uma prática do branco sem consultar os índios. O resultado são entulhos no meio das aldeias. Em uma aldeia Huni Kuĩ, virou sede da prefeitura





## Crianças mortas entre out/2011 e abr/2012

**20/10/2011**

**Marcinho Barroso Augusto**

Aldeia Porto Alegre - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu na aldeia Nova Aliança com vômito, diarreia e febre. Talvez a primeira vítima do surto.

**03/12/2011**

**Analison Pereira Estevão**, 7 meses de vida

Aldeia Novo Marinho - Povo: Huni Kuĩ  
Diarreia, febre e vômito. Morreu enquanto sobrevivia o município de Feijó, dentro do avião.

**05/12/2011**

**Ediluido Pinheiro**, 2 meses de vida

Aldeia Nova Vida - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu em Santa Rosa do Purus depois de passar dois dias com diarreia, vômito e febre.

**14/12/2011**

**Ana Iriquin Sereno**, 1 ano de idade

Aldeia Nova Vida - Povo: Huni Kuĩ  
Diarreia e desnutrição. Morreu em Rio Branco.

**18/12/2011**

**Karlane Domingo**, 1 ano de idade

Aldeia Moema - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu na aldeia com febre e diarreia.

**16/12/2011**

**Manoel Estevão Nascimento**, 1 ano de idade

Aldeia Família - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu em 20 dias com vômito e diarreia.

**16/12/2011**

**Luiz Fabiano Camilo Salomão**, 1 ano de idade

Aldeia Novo Repouso - Povo: Huni Kuĩ  
Diarreia, vômito e febre.

**17/12/2011**

**Marlete Pinheiro**, 10 meses de vida

Aldeia Família - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu com câibras, vômito, diarreia e febre em três dias na aldeia depois de atacada por pneumonia.

**19/12/2011**

**Cleidiane Nascimento da Silva**, 2 meses de vida

Aldeia Porto Rico - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu na aldeia depois de ter pneumonia, diarreia, febre, vômito e feridas na boca.

**20/12/2011**

**Vinicius Nascimento Estevão**, 7 meses de vida

Aldeia Família - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu em três dias, na própria aldeia, depois de ter vômito, febre e diarreia. Fraco, foi acometido por uma pneumonia.

**23/12/2011**

**Juçara Augusto da Silva**, 1 ano de idade

Aldeia Família - Povo: Huni Kuĩ  
Ficou durante uma semana com febre, diarreia e vômito antes de morrer, em situação de desnutrição.

**10/01/2012**

**Irquilenison Pinheiro Sereno**, 7 meses de vida

Aldeia Nova Vida - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu no município de Manoel Urbano com diarreia, febre e tosse.

**16/01/2012**

**Eva Camilo**, 1 ano de idade

Aldeia Morada Nova - Povo: Huni Kuĩ  
Teve febre, vômito e diarreia. Faleceu em apenas um dia, na própria aldeia.

**26/01/2012**

**Uri Pereira**, 1 ano de idade

Aldeia São Francisco - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu em Rio Branco depois de duas semanas com diarreia e vômito.

**Fim de janeiro e início de fevereiro 2012**

**Juliana Kulina**

Aldeia Canamari - Povo: Madja  
Morreu em Santa Rosa do Purus com vômito e diarreia.

**29/01/2012**

Nome não identificado

Aldeia Santo Amaro - Povo: Madja  
Morreu na aldeia depois de quase um mês doente, com diarreia, febre e vômito.

**02/02/2012**

**Nemerson Lopes Augusto**, 6 meses de idade

Aldeia Porto Alegre - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu na aldeia com vômito, diarreia e febre.

**05/02/2012**

**Antônio Maeli Pereira Peres**

Aldeia Novo Marinho - Povo: Huni Kuĩ  
Febre, vômito, diarreia, corpo inchado e manchas roxas. Morreu em poucos dias.

**Fevereiro de 2012**

**Antonia Peres Bordales**, 7 meses de vida

Aldeia Nova Mudança - Povo: Huni Kuĩ  
Diarreia, vômito e febre. Morreu na aldeia.

**15/02/2012**

**Círcia Huaido**

Aldeia Carolina - Povo: Madja  
Morreu na aldeia, mas os pais não souberam dizer o motivo.

**10/03/2012**

Nome não identificado\*

Aldeia Dois Irmãos - Povo: Huni Kuĩ  
Morreu em Manoel Urbano com diarreia, vômito e febre.

**Início de fevereiro 2012**

**Rogério Kulina**, 4 meses de vida

Aldeia Emboaçú - Povo: Madja  
Morreu em Manoel Urbano com febre, vômito e diarreia.

**07/02/2012**

**Rubeni Kulina**, 6 meses de vida

Aldeia Boaçu - Povo: Madja  
Morreu na aldeia com febre, diarreia e vômito.

**02/04/2012**

**Jessica Kulina**, 1 ano de idade

Aldeia Boaçu - Povo: Madja  
Morreu na aldeia com febre, diarreia e vômito. \*Morreu na cidade após ser levado de avião, devido da ausência dos pais na aldeia, comum em casos de morte, ou pelos pais não saberem, no caso da idade.

tamento. O rádio não funciona e as equipes deixaram de passar. Espero que com essas mortes o atendimento ocorra, a atenção do governo”, lamenta. O professor explica que Vinicius, seu filho, morreu em três dias com forte diarreia, vômito e câibras. Apesar dos outros quatro filhos, a tristeza ainda não deixou os olhos de Edmilson. Pelo visto, os indígenas ainda terão que esperar por mais competência dos governos.

O Pró-Acre deveria ter entregado, conforme programação da operação anunciada em Rio Branco, 600 filtros de barro às aldeias. Apenas 170 chegaram aos indígenas, incluindo os quebrados. Pelo constatado nas comunidades do Purus, a maioria dos filtros não foi instalado, sendo que a outra parte foi montada errada, com a vela invertida do sentido correto para a filtragem da água. “Tivemos aldeias com três mortes e nenhum filtro entregue. Assim como teve aldeia que não registrou ninguém morto e todos receberam filtros. Segundo alguns indígenas, para cada filtro eram requisitados os documentos de identidade, CPF e título de eleitor”, explica o assessor da Federação Huni Kuĩ, Adriel Lima Guimarães.

### “Bebemos água da chuva”

Cacique Maurício Huni Kuĩ, da aldeia Porto Alegre, fala com a voz embargada. O filho do indígena, ao que tudo indica, é a primeira vítima do surto. Marcinho morreu em 20 de outubro de 2011, depois de uma semana doente e com apenas nove meses de vida. Mal a família tinha se recuperado da perda, no último dia 2 de fevereiro Nemerson, o neto recém-nascido do cacique, não resistiu durante dois dias depois de apresentar também diarreia, vômito e febre. Quanto mais nova a criança, menor é o tempo de vida depois de contraídos os sintomas. Isso ao menos nas aldeias do rio Purus.

“Estamos todos tristes. Deixam a gente morrer. Não recebemos remédios, consultas e não entregaram nenhum filtro. Minha aldeia não recebeu. Vieram aqui, pegaram os nomes dos meninos mortos e foram

embora. Só isso”, amarga cacique Maurício. Para piorar a situação, no final de janeiro e início de fevereiro deste ano a cabeceira do rio Purus, nos Andes peruanos, deve ter sido assoberbada por alguma tempestade fazendo com que ele enchesse em todo seu trajeto, incluindo seus afluentes – os rios Acre, Yaco, Chandless, além de quase meia dúzia de igarapés. Vários pontos no Acre ficaram debaixo d’água e as aldeias do Purus mais vulneráveis ao rio alagaram-se.

As águas das cacimbas, usadas pelos indígenas e abertas nas encostas, entre o rio e as comunidades, submergiram nas águas barrentas do Purus. “Ficamos sem água e o jeito foi pegar a da chuva. Aqui na aldeia tomamos água das chuvas, porque não tínhamos mais de onde tirar. Temos uma vertente, mas ela fica a 5 quilômetros da aldeia”, frisa o cacique. No geral, as mulheres ficam encarregadas de ir buscar a água, em bacias, panelas e baldes. As vertentes são fontes de água retiradas comumente de algumas espécies de árvores ou origem de um poço. Os indígenas sabem como poucos os melhores lugares para a abertura. O problema é que não são ouvidos pelos técnicos do governo: amiúde se encontra nas aldeias poços de 60 metros secos. Dessa forma, os indígenas buscam outras fontes de água e aí está um dos principais motivadores do surto: as precárias condições de saneamento básico.

Com este quadro introdutório, a série de reportagens tem início denunciando que o surto nunca foi debelado pelas autoridades estadual e federal de saúde. As mortes continuaram em fevereiro, março e abril deste ano. Não obstante, a situação revela o abandono completo da saúde indígena no Acre, motivo de outras denúncias feitas ao MPF e protestos do movimento indígena. Além do mais, a malfadada transição da Funasa para a Sesai segue deixando suas vítimas. Na edição de abril do Porantim, a reportagem passa a revelar o cotidiano das aldeias, além das intervenções atrapalhadas e milionárias do governo federal. ■

*As estruturas para as caixas d’água, nunca utilizadas, estão podres, pois foram construídas com vigas de ferro que, por óbvio, jamais iriam aguentar a umidade amazônica. Tornaram-se, portanto, riscos de vida para as comunidades*



## 6º Encontro Sepé Tiarajú

Foto: Cimi Regional Sul



# Fazendo memória pelos caminhos da luta e da resistência

Liderando o povo Guarani, Sepé enfrentou, no seu tempo, os dois grandes impérios da época, Espanha e Portugal, os quais tinham interesses econômicos, políticos e religiosos sobre o território indígena

Rabeca Peres da Silva  
Cimi Regional Sul - Equipe Porto Alegre

Lideranças do povo Guarani realizaram o 6º Encontro Sepé Tiarajú no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, entre 5 e 7 de fevereiro. Durante o encontro os caciques, as Kuña Karái, os Karái, e lideranças Guarani do Conselho de Articulação do Povo Guarani (CAPG) debateram sobre os problemas que as comunidades enfrentam, dentre eles a falta de terra, o abandono em que as famílias se encontram em função da falta de uma política de saúde e da desestruturação do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Mais de 200 pessoas das comunidades de Porã Capivari, Nhundy Estiva, Jataity Cantagalo, Anheteguá Lomba do Pinheiro, Lami, Itapuã, Varzinha, Arroio Divisa, Arasaty Petim, Nhu Poty Passo Grande, Tekoá Porã Coxilha da Cruz, Irapuã, Arenal, Salto do Jacuí, Kaaguy Poty Estrela Velha, Koeju Inha-capetum, Arroio do Conde, Mato Preto, Guabiroba juntamente com as Kuña Karái, os Karái, caciques e o CAPG, fizeram memória das lutas passadas e do presente.

No ano de 2006, por ocasião dos 250 anos da morte de Sepé Tiarajú, mais de 2 mil Guarani do Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia realizaram uma Aty Guasu em São Gabriel. Lá, nas terras de Caiboaté, se reuniram de forma articulada num evento continental do povo Guarani para fazer memória das lutas e da resistência de um povo, mas também para homenagear o líder indígena, símbolo de uma história do grande povo Guarani que pretende

viver em paz e harmonia numa Terra Sem Males.

Liderando o povo Guarani, Sepé enfrentou, no seu tempo, os dois grandes impérios da época, Espanha e Portugal, os quais tinham interesses econômicos, políticos e religiosos sobre o território indígena. Os Guarani e indígenas de outros povos não aceitaram o exílio, por isso lutaram e morreram defendendo suas terras e territórios. Sepé foi morto no dia 7 de fevereiro de 1756 e no dia 10 do mesmo ano, em Caiboaté, foram massacrados mais de 1.500 Guarani.

Os Guarani retomam hoje não só a memória das lutas de seus antepassados, mas também projetam o futuro. Mobilizados e realizando encontros nas aldeias, acampamentos às margens das estradas e promovendo reuniões e debates com entes públicos – Funai, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Ministério Público Federal (MPF) – as comunidades exigem que seus direitos sejam efetivamente assegurados. As lideranças expõem os problemas que os afetam cotidianamente. Infelizmente a maioria destes permanece inerte e insensível à realidade indígena.

No Rio Grande do Sul, a situação fundiária das terras indígenas está inalterada, ou seja, não há avanços nas demarcações que estão em curso. A Funai é um órgão da administração pública inoperante e subserviente. Dentre os sete grupos de trabalho reivindicados pelos caciques Guarani e pelo CAPG, apenas dois estão em curso há mais de três anos: sendo um nas terras indígenas de Itapuã, Ponta da Formiga e Morro do Coco, e outro em Passo Grande, pegando Petim e Arroio do Conde. As

informações que os servidores da Funai repassam para as comunidades Guarani é de que os estudos estão incompletos, que necessitam de ajustes. Quanto às demarcações de outras terras, a única manifestação que os administradores do órgão indigenista fazem é de que sairão no próximo semestre, mas esse discurso ocorre há três anos.

Graças à mística religiosa, à mobilização e articulação das comunidades Guarani este povo consegue construir sua própria história. Os escritos da época das missões jesuíticas relatam como era a vida dos Guarani nas chamadas Reduções Missioneiras, o modo de ser, de trabalhar, de se adaptar a cultura que vinha sendo imposta, as batalhas contra os exércitos. Hoje a resistência deste povo se dá frente ao modelo desenvolvimentista, que os submete a uma dramática realidade em que a maioria das comunidades e famílias é obrigada a habitar a beira de estradas ou espaços reduzidos, vivendo em extremas dificuldades, sendo a principal delas a falta da terra.

Sem terra, dizem as lideranças indígenas, não há como se autossustentar, não há saúde para as crianças, não há como plantar, não há mato para tirar os remédios para as curas de enfermidades e não há espaço para o Sagrado. Em cada encontro em homenagem a Sepé Tiarajú, em São Gabriel, os Guarani fazem seus rituais a Nhanderu pedindo força, luz, caminho, rumo para seguir na luta do dia a dia. Sempre em cada encontro documentos são elaborados aos órgãos federais responsáveis, especialmente à Funai e Sesai. Tais órgãos não podem alegar o desconhecimento da realidade Guarani no sul do país, visto que em muitas das vezes se fazem

presentes nos encontros através de seus representantes na região.

Durante o encontro Sepé Tiarajú, os Xeramõi e Jariy (lideranças mais velhas) alertaram com preocupação que a situação está cada vez mais difícil, porque os Juruá (brancos) não os ouvem, não os veem, não os reconhecem, não demarcam as suas terras, não atendem as suas reivindicações, não respeitam os seus direitos originários, não têm interesse, por meio de suas leis e estruturas da administração pública, em resolver os problemas de todas as comunidades Guarani.

Inspirados pelas palavras dos mais velhos, as lideranças da CAPG e caciques dos acampamentos alertaram que não podem mais acreditar nas palavras dos brancos: “Os Juruá, as autoridades governamentais, parlamentares e os representantes da Funai insistem em elaborar projetos de lei contra as demarcações de terra, com falsas palavras, por isso não se pode mais acreditar neles. Todos defendem interesses que são contrários aos direitos dos povos indígenas”.

Na Sanga da Bica, lugar onde foi morto Sepé Tiarajú, os Guarani entoaram cantos a Nhanderu agradecendo ao Deus verdadeiro por caminhar sempre com eles. As Kuña Karai e os Karai transmitiram aos Guarani a força de Nhanderu para as lutas do cotidiano. Seu Turíbio, um ancião de mais de 80 anos bradou em voz alta: “Viva Sepé. Essa terra tem dono, essa terra tem dono, viva Sepé”. Todos os presentes acompanharam essa aclamação com esperança de que a história de resistência, a luta pela terra e a memória dos seus guerreiros e guerreiras, que tombaram em defesa da vida e do território Guarani, não serão em vão, jamais. ■



# Povo Xavante desmente suposto acordo com fazendeiro

**Gilberto Vieira**

Coordenador do Cimi Mato Grosso

**P**or um documento protocolado no Ministério Público Federal (MPF), em Cuiabá, o povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé denuncia novas manobras dos invasores que visam prejudicar a desocupação da área.

No documento, uma carta assinada pelas lideranças Xavante e por mais de 370 membros da comunidade indígena, referendam a liderança do cacique Damião e reafirmam a convicção do povo de permanecer em sua terra, contrapondo, mais uma vez, supostos interesses de que sejam levados para o Parque Estadual do Araguaia, como sugerido pela Lei aprovada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso em junho de 2011.

Na carta afirmam que o Parque do Araguaia nunca foi ocupado pelos Xavante, mas sim Marãiwatsédé. É nesta terra que estão os vestígios, a cultura, monumentos e espíritos sagrados para os Xavante.

Denunciam ainda articulações de má fé de alguns invasores que estariam levando um grupo de Xavante de outra terra indígena para o Parque. Este grupo, afirmam na carta, está sendo manipulado e não tem legitimidade para falar ou fazer acordos em nome dos Xavante de Marãiwatsédé.

Estas manobras visam falsear um suposto acordo de permuta, algo que além de contrariar a vontade da comunidade de Marãiwatsédé se daria sem base legal, visto que a Constituição Federal Brasileira não permite que qualquer terra indígena seja permutada por outra área (Art. 231/CF).

Ao que parece, o mesmo desconhecimento ou ignorância sobre a Carta Magna que levou o governador a sancionar a absurda Lei 9.564/2011, contaminou outras pessoas. O deslocamento, portanto, de qualquer grupo Xavante para aquela região ou outra qualquer em que se divulgue ser em troca de Marãiwatsédé é fruto de mancomunação que visa, sobretudo, forjar um suposto acordo entre Xavante de Marãiwatsédé e fazendeiros,

o que além de inconstitucional, imoral e forçoso é uma afronta aos direitos e interesses do povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé.

## Histórico

A Terra Indígena Marãiwatsédé tem 165 mil hectares no município de Alto Boa Vista, no nordeste de Mato Grosso, e foi homologada pela União em 1998. Atualmente vivem em uma aldeia 800 índios, que após terem sido retirados à força nos anos 60 pelo governo militar, hoje lutam para recuperar a soberania alimentar e territorial em uma área invadida por latifundiários produtores de grãos e gado.

Apesar das terras indígenas já serem protegidas pela Constituição vigente, as terras Xavante foram tituladas pelo estado de Mato Grosso a partir do ano de 1960. Em 1966, encurralados numa pequena área alagadiça e expostos a inúmeras doenças, os Xavante foram transferidos pela Força Aérea Brasileira (FAB) para a Terra Indígena São Marcos, ao sul do estado, numa articulação entre particulares e governo militar. Grande

parte da comunidade morreu na chegada em São Marcos, devido a uma epidemia de sarampo.

Em 1980 a fazenda Suiá-Missu - área incidente na Terra Indígena Marãiwatsédé, de 1,7 milhão de hectares, maior que a área do Distrito Federal e considerada então "o maior latifúndio do mundo" - foi vendida para a empresa petrolífera italiana Agip. Em 1992, durante a Conferência de Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, a Eco 92, a Agip anunciou, sob pressão, que iria devolver Marãiwatsédé aos Xavante.

Em 1º de outubro de 1993, o ministro da Justiça declarou a posse permanente indígena para efeito de demarcação, a ser realizada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Após os trâmites das novas contestações judiciais, em fevereiro de 2007, o juiz da 5ª Vara, José Pires da Cunha, sentenciou a retirada de todos os invasores, caracterizando a presença dos não-índios como ocupação de má fé, além de determinar a recuperação das áreas degradadas da terra indígena Marãiwatsédé. ■

Fotos: Arquivo Cimi



**Sobrevoos na Terra Indígena Marãiwatsédé comprovam negociações não oficiais do governo de Mato Grosso para mais uma vez retirar os Xavante que lá vivem para o Parque do Araguaia**

## Indígenas se reúnem com representantes do governo do Mato Grosso

**Andréia Fanzeres\***  
de Cuiabá (MT)

**D**epois de mais de 1.100 quilômetros de viagem para cumprir reuniões em Cuiabá, apenas três dos oito indígenas Xavante de Marãiwatsédé foram recebidos pelo chefe da Casa Civil, José Lacerda. Ele representou o governador Silval Barbosa, que não compareceu ao encontro em que lideranças políticas do município de Novo Santo Antônio e indígenas de Marãiwatsédé pediram explicações sobre as negociações para a transferência dos Xavante para o Parque Estadual do Araguaia. Esta unidade de conservação de proteção integral possui plano de manejo, mas ainda tem praticamente 100% da área nas mãos de particulares,

que não foram indenizados. Os deputados estaduais Baiano Filho (PMDB-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) também participaram da reunião, a portas fechadas.

"Viemos para saber se o governador está negociando através de alguns deputados. Nem a população de Novo Santo Antônio nem os índios estão sabendo, mas todos viram dois sobrevoos e temos até fotografias comprovando", garantiu Vivaldo Coutinho Garcia, secretário de meio ambiente, agricultura e turismo de Novo Santo Antônio. "Sabemos que os aviões só pousaram dentro do parque depois de uma ligação para o deputado Riva", retrucou Garcia.

Apesar dessas evidências, o prefeito em exercício de Novo Santo Antônio, Geraldo Vitor de Freitas, conhecido como Negão, disse que as suspeitas

envolvendo o estado tinham sido reduzidas a mera "ideia infantil" pelos parlamentares presentes a audiência. O prefeito Negão contou ainda que o governo se comprometeu a averiguar quem está negociando em nome do estado. Essa resposta não agradou nem os políticos de Novo Santo Antônio nem os Xavante. "Eu não gosto de ouvir isso porque sabemos que eles estão negociando por baixo dos panos", declarou Alcione Wa'aihã Tseredze.

Mesmo, assim, diante de representantes de organizações da sociedade civil como GPEA, Centro Burnier de Fé e Justiça, Formad, CIMI e OPAN, Vanderlei Temirete Xavante declarou que saiu da reunião parcialmente contemplado, pois "demos o recado". Os indígenas entregaram a carta redigida por lideranças

de sua comunidade e protocolada na semana passada no Ministério Público Federal, em Cuiabá, desqualificando a interlocução de índios Xavante de outras áreas em negociações promovidas por representantes da Assembleia Legislativa e políticos de São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia sobre a proposta de permuta da terra indígena pelo Parque Estadual do Araguaia. "A terra é nosso direito. Nós não vamos sair", afirmou o indígena. Os Xavante só deixaram o prédio da Casa Civil após entoarem cantos rituais. "A imprensa já foi embora, mas nós vamos deixar o espírito de Marãiwatsédé aqui", disse Cosme Ritê. ■

\* Jornalista da Operação Amazônia Nativa (Opan)



# Justiça determina continuidade do processo de demarcação de território do povo Pukobyê-Gavião

**Gilderlan Rodrigues da Silva**  
Cimi Regional Maranhão

O povo Pukobyê-Gavião do Maranhão foi surpreendido no início do ano passado com uma liminar que suspendia os efeitos das portarias 667/2008 e 1.437/2010, que garantia os estudos antropológicos e fundiários necessários ao processo de demarcação da terra de ocupação tradicional.

Esse resultado obtido pelos fazendeiros e políticos do Maranhão, interessados em continuar desmatando de forma desenfreada o Cerrado e a mata da pré-amazônia para a criação de gado. A principal defesa é de que a área indígena já estava demarcada

Ao saber da liminar concedida a favor dos fazendeiros, os indígenas demonstraram preocupação. No entanto, não desistiram da luta pela recuperação de seu território tradicional, nas mãos dos latifundiários que os impedem de usufruírem de lugares sagrados importantes para a vida e a cultura do povo.

Foto: Arquivo Cimi



No entanto, eis a reviravolta. No último dia 29 de fevereiro, o juiz Federal Alexandre Vidigal de Oliveira sentenciou a continuidade do processo de elaboração do relatório circunstanciado e dos estudos fundiários e cartográficos necessários para a continuidade do processo de demarcação da Terra Indígena Governador.

A sentença judicial levou em consideração o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que garante aos povos indígenas a demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados. Destacou também que em se tratando de demarcações realizadas antes da promulgação da Constituição Federal, o governo pode legalmente rever atos

administrativos para corrigir ilegalidades cometidas no passado.

O juiz Federal destacou também na sentença que o processo de estudo que visa realizar a nova demarcação da Terra Indígena Governador não é um ato isolado do governo federal, mas que é um trabalho conjunto com o governo do estado do Maranhão por intermédio de instituições governamentais como, por exemplo, o INCRA e o Instituto de Colonização e Terra Maranhão (Iterma), que participam através de seus representantes no Grupo de Trabalho (GT).

Com a sentença a favor da continuidade do estudo antropológico e levantamento fundiário, o clima na região voltou a ficar tenso. Os fazendeiros voltaram a se articular, deflagrando uma campanha contra a o processo de nova demarcação da Terra Indígena Governador.

Os indígenas estão temendo que algo possa acontecer com algum integrante de seu povo caso não seja tomada nenhuma providência para que a segurança das comunidades seja realizada durante o todo processo. ■

Com a sentença a favor da continuidade do estudo antropológico e levantamento fundiário, o clima na região voltou a ficar tenso. Os fazendeiros voltaram a se articular, deflagrando uma campanha contra a o processo de nova demarcação da Terra Indígena Governador.

## Nova ofensiva contra os direitos indígenas em Santa Catarina

**Equipe de Chapecó (SC)**  
Cimi Regional Sul

Manobras estão sendo desenvolvidas por parlamentares de Santa Catarina para negar o direito tradicional dos povos indígenas sobre suas terras. Durante fevereiro, deputados da base de sustentação do governo federal anunciaram um acordo de repasse de R\$ 17 milhões ao governo estadual para aquisição de área para, segundo eles, "alojar provisoriamente" 30 famílias do povo Guarani, no oeste catarinense.

Não seria má a ação dos parlamentares se os Guarani não tivessem direito a sua terra tradicional, já reconhecida há mais de dez anos e localizada nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Nesse momento, estão aguardando apenas a finalização do processo para finalmente voltar a seu território tradicional.

A manobra visa obrigar os Guarani a trocar a terra tradicional por uma pequena reserva e impedir a continuação das demarcações das terras indígenas no Estado, e, como consequência, abrir um precedente em outras situações fundiárias no Brasil. A intenção é não reconhecer mais o direito tradicional dos indígenas.

Foto: Clóvis Brighenti



Os R\$ 17 milhões empregados na aquisição poderiam ser utilizados para pagar as benfeitorias ou mesmo reassentar dezenas de famílias de agricultores que vivem nas terras Guarani, Kaingang e Xokleng no estado de Santa Catarina.

Desde que o ministro da Justiça assinou, em abril de 2007, as portarias declaratórias das terras indígenas Toldo Imbu, Toldo Pinhal, Araçá i e terra indígena Chapecó, Gleba Canhadão e

Pinhalzinho, no oeste de Santa Catarina, setores contrários às demarcações pressionam os poderes públicos com o objetivo de revogar a decisão administrativa do ministro.

Vale ressaltar que o ato de declarar as referidas terras, como sendo de ocupação tradicional dos povos Kaingang e Guarani, atende a preceitos constitucionais e assegura o direito destes povos que, depois de décadas de sofrimento e luta, vislumbram a

possibilidade de viverem em paz dentro de seus territórios.

Os setores contra os direitos indígenas, articulados por políticos do estado, ignoram a existência das comunidades indígenas, que por muito tempo lutam contra a violação de seus direitos. Tratam as comunidades como invasoras. Nos últimos tempos, avolumaram-se ações judiciais contra as demarcações das áreas dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng. As quatro terras com portarias assinadas em 2007 sofreram decisões liminares que obrigaram a Fundação Nacional do Índio (Funai) a paralisar os procedimentos demarcatórios e como consequência protela-se indefinidamente o cumprimento das normas constitucionais estabelecidas no Artigo 231 da Constituição. Alimentam ainda o ódio de agricultores contra os índios, muitos deles ocupantes de boa fé das terras indígenas na região.

Causa-nos estranheza a postura de alguns parlamentares que até recentemente eram favoráveis aos direitos indígenas. Essa atitude pode ser compreendida no limiar das eleições municipais ou mesmo pelo abandono de posições políticas em troca de apoio e aliança em busca de poder. ■

Desde que o ministro da Justiça assinou, em abril de 2007, as portarias declaratórias das terras indígenas no oeste do Estado de Santa Catarina, setores contrários às demarcações pressionam os poderes públicos com o objetivo de revogar a decisão administrativa do ministro



# WAIMIRI-ATROARI O MASSACRE DA DITADURA MILITAR – PARTE I

*Operação macabra deixou dois mil indígenas desaparecidos.*

*Comissão da Verdade precisa pautar e esclarecer os meandros deste genocídio*

Egydio Schwade\*

Casa da Cultura do Urubuí (AM)

**É** justo e necessário o país se mobilizar pelos desaparecidos políticos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984). Entretanto, por que não há o mesmo interesse na busca dos índios desaparecidos durante a Ditadura Militar por se oporem a política do governo sobre seus territórios? A Comissão da Verdade precisar ter como pauta um dos mais terríveis massacres contra indígenas brasileiros.

Em 1968, o governo militar invadiu com a abertura da BR-174, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), o território Kiña (Waimiri-Atroari). Em 1975, pelo menos dois mil indígenas já haviam desaparecido - todos pertencentes ao povo Kiña. Isso porque se opunham ao processo de invasão de seu território imposto pelos militares para a construção da rodovia.

O massacre ocorreu em etapas. Na primeira delas quem esteve à frente da construção da rodovia foi o Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas (DER/AM). Os relatórios mensais dos trabalhos sempre se faziam acompanhar com pedidos de armas e munição.

“Vimos pelo presente solicitar seu especial obséquio no sentido de ser expedida pelo S.F.I.D.T., uma autorização para compra de 6 revólveres “Taurus” calibre 38 duplo (...), 2 espingardas calibre 16, 53 caixas de cartuchos calibre 16, 16 caixas de balas calibre 38 longo, 25 caixas de cartuchos calibre 20, e 2 caixas de balas calibre 32 simples. Esclarecemos, outrossim, que a referida munição será utilizada como medida de segurança e de certo modo manutenção (...)”.<sup>(1)</sup>

Oficialmente a Fundação Nacional do Índio (Funai) era encarregada da política indigenista, mas logo ficou evidente que a área Waimiri-Atroari ficaria sob o controle militar.

A segunda etapa se inicia no ano seguinte. Em junho de 1968, João Calleri, nomeado pela Funai para a direção dos trabalhos de atração, fez um plano minucioso para os primeiros contatos e posterior fixação dos índios fora do roteiro da BR-174. No entanto, foi obrigado pelo major Mauro Carijó, Diretor do DER/AM, a mudar o seu plano, o



que causou a trágica morte de Calleri e seus auxiliares, em outubro de 1968. Isso possibilitou uma intensa campanha de repúdio aos Waimiri-Atroari criando uma situação favorável à intervenção militar brutal.

O governador do Amazonas, Danilo Areosa, pedia providências para garantir “a construção da estrada através do território indígena, a qualquer custo”, considerando o índio um inútil, que precisava “ser transformado em ser humano útil à Pátria”. E prosseguia: “Os silvícolas ocupam as áreas mais ricas de nosso Estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos”. As declarações foram publicadas pelo jornal A Crítica, de Manaus, em 27 de novembro de 1968.

Fernando Ramos Pereira, então governador de Roraima, completou: “Sou da opinião de que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas avançando o seu desenvolvimento”.<sup>(2)</sup>

No final de 1968, o Comando Militar da Amazônia instalou um quartel no

Igarapé Santo Antonio do Abonari, que passou a controlar a vida e o destino dos índios. A partir daí a Funai se tornou apenas um brinquedo do governo militar a serviço do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC).

O abastecimento de armas e munição ficou a cargo do Exército, não demandando mais autorização especial. Trabalhadores, soldados e funcionários da Funai invadiam a área indígena empunhando armas e utilizado-as contra os índios. Revólveres, metralhadoras, cercas elétricas, bombas, dinamite e gás letal foram algumas das armas utilizadas pelo Exército na guerra contra os índios durante a construção da BR-174.

Entre 1972 e 1975 a população Kiña reduziu de três mil (estimativa de Calleri, em 1968, confirmada por levantamento mais minucioso da Funai, em 1972) para menos de 1.000 pessoas, sem que o órgão indigenista estatal e os militares apresentassem as causas dessa drástica redução populacional. Esses dois mil indígenas Kiña desapareceram sem que fosse feito um só registro de morte.

Durante o processo de alfabetização desenvolvido pelo Conselho

Indigenista Missionário (Cimi) e continuado pelo linguista Márcio Silva, os Waimiri-Atroari tiveram, em curto período, uma das raras oportunidades de revelarem o que o seu povo sofreu durante a ditadura - sofrimento que nenhum outro segmento da sociedade brasileira passou.

Desapareceram nove aldeias na margem esquerda do Médio Rio Alalaú; pelo menos seis aldeias no Vale do Igarapé Santo Antonio do Abonari; uma comunidade à margem direita do Baixo Rio Alalaú; três na margem direita do Médio Alalaú; as aldeias do Rio Branquinho, que não aparecem nos relatórios da Funai.

Além disso, foram dizimadas cinco aldeias localizadas sobre o Umá, um varadouro que ligava o Baixo Rio Camanau (proximidades do Rio Negro) ao território dos índios Wai Wai, na fronteira guianense. Pelo menos uma delas foi massacrada por bombardeio de gás letal, com apenas um sobrevivente – os sobreviventes dessas cinco aldeias foram nossos alunos em Yawará, sul de Roraima.

A partir do 2º semestre de 1974, as estatísticas da Funai começaram a referir números entre 600 e 1.000 indivíduos e, em 1981, restavam apenas 354. Em 1987 o governo federal passou o comando da política indigenista para a responsabilidade da empresa Eletro-norte, que apenas mudou de estratégia, continuando o controle das informações e a política de isolamento dos índios como ao tempo dos militares. Essa é uma das histórias envolvendo os povos indígenas e a Ditadura Militar no Brasil. Casos semelhantes podem ser observados com os índios Krenhakarore do Peixoto de Azevedo, os Kané (Tapayuna ou Beiços-de-Pau) do rio Arinos, todos do Mato Grosso, mais os Suruí e os Cinta Larga de Rondônia e também do Mato Grosso, entre outros. No entanto, nenhum desses homens, mulheres e crianças é citado nas relações dos desaparecidos da ditadura. ■

\*Egydio foi um dos fundadores do Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972.

(1)Ofício DER-AM/DG/No. 170/68, de 04 de abril de 1968. Assinado pelo engenheiro Otávio Kopke de Magalhães Cordeiro e endereçado ao major Luiz Gonzaga Ramalho de Castro.

(2)Resistência Waimiri-Atroari, 1983, pg.6.

*Essa é uma das histórias envolvendo os povos indígenas e a Ditadura Militar no Brasil. Casos semelhantes podem ser observados com outros povos indígenas. No entanto, nenhum desses homens, mulheres e crianças é citado nas relações dos desaparecidos da ditadura*



# Xingu + 23

Luiz Claudio Brito Teixeira  
Cimi Regional Norte II

**D**urante sessão ocorrida neste mês de março, comissão especial criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) apresentou relatório sobre investigação das violações dos direitos humanos no campo. Foram expostos os dados colhidos pelos integrantes do grupo durante 2011, sobre a situação da Terra do Meio, região do Pará, que fica entre o rio Xingu e a BR-163. Na área se encontram grandes unidades de conservação, terras indígenas e comunidades extrativistas. Na Terra do Meio teve início a construção do complexo de hidrelétricas nos rio Xingu.

Entre as situações de violações apresentadas pelo relatório da comissão, um capítulo foi destinado à situação de violações que ocorreram e que ocorrem no âmbito da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Desta vez o relatório fez recomendações para que providências fossem tomadas sobre os problemas causados pela usina. Mas para surpresa da sociedade, mas não dos que estão envolvidos nesta luta, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosário exigiu que o capítulo sobre as violações de direitos cometidas pela construção da usina fosse retirado do texto. O argumento era o de que a comissão estava investigando as violações de direitos no campo. A pergunta que fica: como uma comissão poderia ignorar as violações cometidas pela construção da usina, se a grande maioria dos que tiveram seus direitos violados são os trabalhadores do campo, comunidades extrativistas, indígenas, ribeirinhos e pescadores?

A ministra de Direitos Humanos não quer, na verdade, reconhecer que boa parte das violações de direitos que acontecem na Amazônia é impulsionada por ações ou omissões do Estado. Talvez de fato fosse necessário convocar uma comissão específica para investigar as violações de direitos humanos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia.

Um exemplo claro disso são os povos indígenas e suas terras: antes do início da construção de Belo Monte, as terras indígenas Apyterewa, do povo Parakanã, já homologada e as dos Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca deveriam ter seus procedimentos demarcatórios já concluídos e a extração (retirada dos invasores) feita. Mas por alguma razão desconhecida, esses compromissos - que condicionavam o início de qualquer obra no rio - foram



Fotos: Ruy Spocati/Movimento Xingu Vivo Para Sempre

## TRABALHADORES PARALISAM OBRAS DA USINA

**O**perários da Usina Hidrelétrica de Belo Monte cruzaram os braços depois que um trabalhador morreu vítima de acidente de trabalho. De acordo com colegas, a morte ocorreu pela falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Além disso, os operários reivindicam melhores salários, comida e

água. Um dos grevistas chegou a ser preso pela polícia (na foto) e solto em seguida. Trabalhadores das usinas de Jirau e Santo Antônio também entraram em greve durante o mês de março. Em todas as greves, os trabalhadores se rebelaram contra as representações sindicais, que defenderam contra as paralisações.

solenemente ignorados e hoje essas terras não só continuam invadidas; a cada dia mais e mais invasores entram nessas terras, atraídos pelas obras da usina. Como realidade assim pode ser ignorada por uma comissão de direitos humanos?

### Falhas no discurso

Afinal de contas: onde estão órgãos como o Inbra, Instituto Chico Mendes (ICMBio), Ibama, Funai e outros menos cotados, que deveriam, não em função da obra da usina, mas em razão dos direitos constitucionais dos povos indígenas, coletar dados dos invasores de boa fé (os pequenos camponeses que precisam trabalhar) para retirá-los das terras indígenas e assentá-los em outros lugares, com condições de trabalho? E os invasores de má fé (latifundiários, madeireiros, grileiros), que deveriam ser retirados e denunciados à Justiça, por que não o são?

Indícios do fracasso do governo em transformar o discurso em prática. Não que em algum momento o governo tenha feito um discurso em favor dos povos indígenas, mas a propaganda oficial, principalmente fora do país, afirma que o governo respeita e ouve os povos indígenas. Nos últimos meses todas as denúncias, feitas por organi-

zações ligadas aos direitos humanos e que compõem a articulação em torno do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, foram ignoradas: pelo governo federal e pela Justiça. As diversas manifestações já protagonizadas pelos povos da região têm centrado suas denúncias nas inúmeras violações que têm ocorrido na região. É um tempo obscuro para os que continuam na luta contra Belo Monte.

Recentemente os movimentos engajados nesta luta divulgaram manifesto intitulado: *Não às migalhas, mentiras e ilusões da Norte Energia e do governo federal*. Neste manifesto estava expressa a repulsa de diversos segmentos sociais às tentativas (algumas com sucesso) de enganar o povo da região com oferecimento de bens e uns poucos serviços para uma população carente e cada vez mais desassistida pelos órgãos do Estado.

### Um relatório ainda é pouco

Nem tudo coube no relatório da CDDPH. Por isso os movimentos exigem que uma comissão específica seja criada para apurar todas as denúncias apresentadas no relatório e que por ordem da ministra Maria do Rosário, foram retiradas do relatório final - e encaminhadas ao comitê gestor do Plano de Desenvolvimento Regional

Sustentável do Xingu (PDRSX), onde estão justamente alguns dos denunciados por violações de direitos humanos na região.

Como então crer que este comitê dará de fato o encaminhamento devido a tais denúncias? Outras denúncias feitas e direcionadas à Casa Civil e outros órgãos (in)competentes já foram encaminhadas e nada foi feito. A população das cidades que sofrem os impactos dessa usina continua ouvindo as mesmas promessas de que tudo vai melhorar. Estará o governo esperando que a água chegue ao pescoço da população de Altamira para tomar alguma providência?

A luta contra a hidrelétrica de Belo Monte e a exploração dos povos da Amazônia continua firme. São 23 anos só no Xingu. Começou quando os povos souberam que um grande complexo de hidrelétricas seria construído no rio Xingu. Este ano, enquanto o governo estiver na conferência Rio+20, vendendo as florestas do país no mercado de REDD, os povos do Xingu lembrarão esses 23 anos de luta e a decisão inequívoca de lutar contra tamanha violência. Toda essa luta não será em vão! Confiamos que a participação de todos é imprescindível para derrotar este projeto. ■



## DOM LADISLAU

# Bom pastor, defensor dos pobres e das causas sociais

**Cristiane Passos**

Assessora de Comunicação da CPT

**D**om Ladislau Biernaski, bispo de São José dos Pinhais e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos deixou no último dia 13 de fevereiro em decorrência de complicações de um câncer. Foi Vice-Presidente Nacional da CPT de 1997 a 2003 e desde 2009 ocupava a presidência. De origem camponesa, Dom Ladislau nos deixa seu legado de luta pelos direitos dos camponeses e contra a violência no campo.

Nos grandes momentos de tensão e de conflito envolvendo os movimentos sociais, Dom Ladislau nunca se furtou em ficar do lado dos trabalhadores e trabalhadoras e a eles manifestar seu apoio. No Paraná, sempre acompanhou as pastorais sociais, particularmente a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Carcerária, a Pastoral do Menor.

“A reforma agrária é aquilo que vai atacar na raiz a questão dos

conflitos e a falta de paz no campo”, assim ele defendeu a reforma agrária, durante o lançamento do relatório anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2010. Em outro momento, atacou o projeto do novo Código Florestal: “Aldo Rebelo perdeu uma grande oportunidade de ajudar o País a sair da devastação, da impunidade dos grileiros e do pouco investimento nos pequenos agricultores. Ele perdeu uma grande oportunidade de fazer a diferença. Lamento por ele”.

O sepultamento que ocorreu na Catedral de São José dos Pinhais contou com a presença de milhares de fiéis. Quase todos os bispos do estado estavam presentes. A CPT lá estava com Dom Enemésio Lazzaris, vice-presidente, Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente, padre Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional e vários agentes do Paraná. João Pedro Stédile fez questão de comparecer para demonstrar a gratidão e o carinho do MST por este pastor dedicado à luta do povo do campo. ■

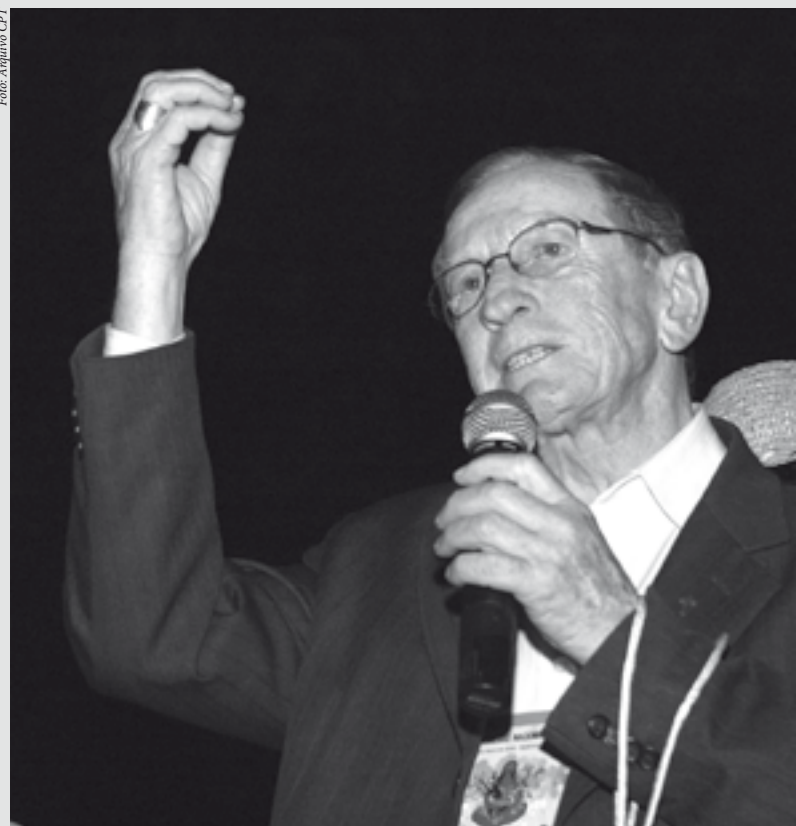


Foto: Arquivo CPT

## Povos Indígenas: Constituição e Reformas Políticas na América Latina

**Leda Bosi**

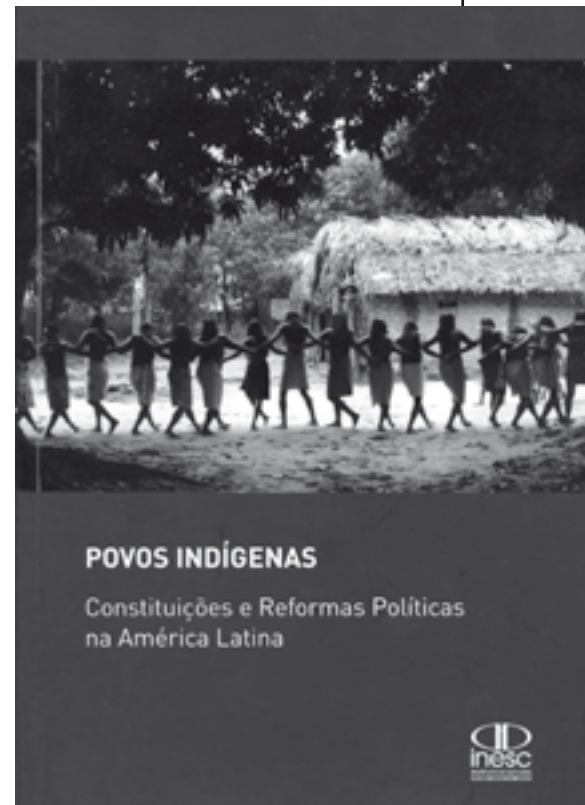
Setor de Documentação do Cimi

**A** publicação reúne um conjunto de oito ensaios onde seus autores, tendo por base experiências de militância e pesquisa aplicada na promoção dos direitos dos povos indígenas em diferentes países da América Latina, buscam refletir e problematizar a participação política indígena na região, à luz dos processos constitucionais e reformas políticas ocorridos nos últimos 25 anos. A par dos 20 anos da Conferência Geral da OIT (2009) que adotou a Convenção 169, temos um balanço da implementação dos direitos dos povos indígenas no continente latino-americano.

Em alguns países da América Latina – Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, os povos indígenas conquistaram voz e voto nas Assembléias Constituintes e nos parlamentos nacionais. Na Bolívia pode-se destacar, ainda, um passo a mais, onde o processo constituinte reconheceu a persistência do colonialismo interno e apontou os meios constitucionais para sua erradicação, reconheceu o direito interno de autonomia política desses povos e a necessidade de reestruturação institucional e territorial do Estado boliviano.

No referente ao Brasil temos o texto de Ricardo Verdum ‘Povos indígenas no Brasil: o desafio da Autonomia’, com esclarecimentos sobre os povos indígenas e a Constituição de 1988 onde se destaca a atuação do Cimi no processo, apoiando ações do movimento indígena no Congresso Nacional e nos estados.

O autor analisa as mudanças da Constituição em relação à anterior, de 1969, ao incorporar outras dimensões de direitos aos povos indígenas, o reconhecimento da condição multicultural e pluriétnica da sociedade brasileira (grifo do autor), mas, de outro lado, questiona como isso se transforma em práticas e reformula as estruturas políticas do Estado brasileiro, o que, segundo sua



argumentação, o texto da nova Constituição não tem respostas para dar.

É de se destacar as várias tabelas que analisam os instrumentos internacionais vigentes, por exemplo: países que ratificaram os convênios 107 e 169; quadros mostrando as reformas constitucionais pluralistas; porcentagem dos índices de legislação indígena, onde a Colômbia ocupa o primeiro lugar (76.66%) e o Brasil está na sexta posição (63.53%); conformidade de reformas constitucionais com o Convênio 169 da OIT, e outras, todas elas relacionadas à posição dos países da América Latina em relação à legislação indigenista. Para os interessados no assunto há, também, uma rica bibliografia no final de cada capítulo.

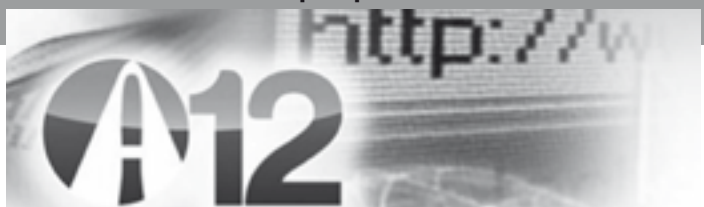
Seguindo a reflexão do autor, e em relação ao Brasil, pode-se concluir que dada a pouca reflexão sistemática sobre o tema autonomia e participação política indígena, fruto de visões equivocadas e politicamente ultrapassadas, a presente publicação é uma contribuição rara, principalmente no contexto brasileiro. ■

Ricardo Verdum (Org.)  
Brasília:  
Inesc, 2009  
p. 233

## Ouça o Potyrõ

Todos os **sábados e domingos**, às **12h35**,  
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.  
**820 kHz**  
*A transmissão é para todo o Brasil.*

Também estamos on line pelo portal [www.a12.com](http://www.a12.com)





# Um grito pela vida plena e autônoma

**N**ós caciques, lideranças, membros (conselhos deliberativo, fiscal e consultivo) e associados da Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÁ, somando mais de 70 lideranças de 25 aldeias Apinajé, reunidos em nossa 3ª Assembleia Geral Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2012 na aldeia Bonito, Terra Indígena Apinajé, município de Tocantinópolis (TO), manifestamos nossas preocupações com os projetos de “desenvolvimento” dos governos estadual, federal e da iniciativa privada construídos de forma irregular e que estão impactando e pressionando diretamente nossa população e território.

Denunciamos mais uma vez essa política perversa de construção de grandes obras dentro e no entorno de nosso território já demarcado e homologado. Atualmente a Terra Indígena Apinajé, localizada nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha, no norte do estado do Tocantins, é uma das terras indígenas mais impactadas do Brasil por grandes projetos de infraestrutura, alguns construídos sem consultas as nossas comunidades e sem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima), caso da BR-230 (a rodovia transamazônica que em seu antigo traçado corta a área indígena no sentido leste/oeste), a ferrovia Norte-Sul TO 210 e linhas de transmissão da Celins.

A Usina Hidrelétrica de Estreito passou por um processo de licenciamento tumultuado e cheio de vícios. Concluída, a obra está em operação há dois anos, porém o Plano Básico Ambiental (PBA) nunca foi

executado na área Apinajé, porque as compensações que temos direito nunca foram pagas e o consórcio CESTE se recusa negociar com nossos representantes. A Fundação Nacional do Índio (Funai) de Brasília não consegue assinar o convênio com o consórcio e nem o convence a dialogar com nossa comunidade. O Ministério Público Federal (MPF) de Tocantins e Maranhão pouco tem se manifestado sobre a questão.

Atualmente, grandes projetos de infraestrutura que foram planejados na época da ditadura militar continuam avançando nas proximidades, ou dentro de nosso território. Estamos apreensivos e indignados com os projetos da UHE de Serra Quebrada e Santa Isabel. No caso da UHE de Serra Quebrada, A estatal Eletronorte, principal interessada no negócio, vem pressionando nossas organizações para obter a autorização das comunidades para entrar na área indígena e fazer os estudos. O que não aceitamos, mas a empresa continua insistindo. Nesse caso a Constituição Federal deverá ser cumprida e respeitada ao pé da letra pelas autoridades. Como signatário de tratados e acordos internacionais, o Brasil deverá também observar a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. De acordo com o artigo 3º desse documento internacional: “Os povos tem direito à livre determinação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural”.

Já o governo do Tocantins há alguns anos vem se articulando com seus pares para obter o licenciamento

e pavimentar a rodovia TO-126, que corta nossas terras num percurso de 45 km, no trecho entre Tocantinópolis e Maurilândia. Nesse caso Ibama já teria notificado a Funai, pedindo autorização para entrar na área e fazer vistorias na TO-126. O que não concordamos. Nessa situação qualquer seja o órgão ambiental, seja estadual ou federal, antes de adentrar em nossa área para realizar qualquer procedimento deverá pedir autorização para a Funai e os caciques com antecedência. O assunto deverá passar por uma ampla discussão envolvendo todos os interessados: órgãos governamentais, sociedade civil e especialmente nosso povo, pois temos o direito à consulta prévia, livre e informada, quando qualquer empreendimento ameaçar nossas vidas e territórios.

No entanto, nada disso vem acontecendo, pois a cada ano somos cada vez mais pressionados, “bombardeados” e iludidos pelas empresas e por interesses políticos, que querem levar a diante, a qualquer custo, os chamados projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesta perspectiva o governo editou no dia 28 de outubro de 2011 a portaria interministerial de nº 419 para facilitar a outorga e concessão de licenças ambientais aos grandes projetos econômicos, especialmente as hidrelétricas, mineradoras, hidrovias, rodovias e soja. Atualmente tramita no Congresso Nacional a PEC 215, de autoria do deputado federal Almir Moraes de Sá (PR/RR) com o objetivo de mudar a Constituição, especificamente os artigos 45 e 231 que tratam de garantir nossos direitos.

Fotos: Arquivo Cimi



## NÓS, INTEGRANTES DO POVO APINAJÉ, REIVINDICAMOS:

- ◆ Que o governo brasileiro (a presidenta Dilma Roussef) cumpra a Constituição Federal do Brasil e respeite os tratados e acordos internacionais ratificados pelo País, acatando e seguindo também as recomendações da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*;
- ◆ Que o MPF-TO, 6ª Câmara e Funai não permitam nenhuma vistoria, estudo e pesquisa que tenham como objetivo viabilizar a pavimentação da rodovia TO-126, na área indígena Apinajé;
- ◆ Que o governo brasileiro e a Eletronorte abandonem de vez o projeto da UHE de Serra Quebrada, planejada para ser construída no rio Tocantins, do contrário iremos levar a questão ao conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a outros organismos internacionais de defesa dos direitos humanos;
- ◆ Que os MPF's do Tocantins e Maranhão acompanhem de perto e participem da próxima reunião do Comitê Gestor em Carolina (MA), em março de 2012, que irá discutir a compensação da UHE Estreito e a assinatura do convênio CESTE/Funai;
- ◆ Que a Funai/BSB faça gestão junto ao consórcio CESTE no sentido da imediata compra dos equipamentos para CTL de Tocantinópolis-TO, conforme o Termo de Compromisso já firmado com a Funai;
- ◆ Que a Funai adote medidas de vigilância permanente e proteção territorial da área Apinajé no estado do Tocantins para coibir os crimes ambientais, roubos de madeiras, a caça e pesca e combater outras irregularidades;
- ◆ Que a Funai faça o levantamento de todo o passivo ambiental provocado por empreendimentos construídos de forma irregular na área Apinajé;
- ◆ Que a presidência da Funai considere nossas reivindicações sobre a criação da Coordenação Regional Timbira, em Carolina (MA), pois a mesma facilitará o atendimento de nossos povos, pois temos modos de vidas e culturas idênticas e enfrentamos problemas comuns;
- ◆ Que o MS, SESAI e o DSEI-TO adotem medidas para resolver os graves problemas de mau atendimento à saúde nas aldeias Apinajé. Sofremos com a falta de medicamentos, médicos, dentistas, transporte adequado, comunicação e água tratada. Na maioria das aldeias não existe sequer saneamento básico;
- ◆ Que sejam mantidos os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) nas aldeias Apinajé. Não aceitamos a redução desses servidores;
- ◆ Que seja autorizada pela Funai a implementação do Programa Luz Para Todos nas aldeias Aldeinha, Bacabinha, Furna Negra, Brejinho, Macaúba e Barra do Dia com a finalidade de atender as reivindicações dessas comunidades quanto ao acesso a energia elétrica;
- ◆ Que a SEINFRA e o DERTINS de Palmas e Tocantinópolis adotem medidas para a recuperação emergencial das estradas internas que dão acesso às aldeias São José, Patizal, Palmeiras, Cocal Grande, Serrinha, Boi Morto e Bacabinha.

APOIADORES

caritas



PORANTIM